

# POLÍTICAS ECONÔMICAS E SEUS EFEITOS NO DESEMPENHO DA ECONOMIA CACAUEIRA: 1950-1980

AUREO LUIZ DE AZEVEDO BRANDÃO

Orientador: FLÁVIO ABRANCHES PINHEIRO

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Agronomia, Área de Concentração Economia Agrária.

PIRACICABA  
Estado de São Paulo - Brasil  
Outubro, 1983

Em memória de

ADHEMAR e ALICE BRANDÃO

meus pais.

e AUREA ALVES BRANDÃO

minha avó.

À ANGELINA, minha mulher, e  
aos meus filhos,  
CATHARINA, VALÉRIA e  
ÁUREO.

## AGRADECIMENTOS

- À Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC, que me possibilitou a realização deste treinamento;
- Ao Prof. Flávio Abranches Pinheiro, sou profundamente grato pela eficiente e dedicada orientação durante a realização deste trabalho, como também pelo incentivo e amizade;
- Ao Departamento de Economia e Sociologia Rural da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da USP, seus professores e funcionários;
- Aos Doutores Evaristo Marzabal Neves e Cicely Moitinho Amaral que leram os originais e apresentaram valiosas críticas e sugestões;
- Aos Colegas de curso Ebiezel Andrade, Luiz Artur, Maria Brigida, Hiroshige Okawa, Manoel Deodoro e Yvens Marcondes, pelo estímulo, solidariedade, compreensão e união;
- Aos Colegas da CEPLAC, Leda Maria Gões e Jurema Correia Santos, da biblioteca do CEPEC, e Eucimar de Castro Machado da Assessoria Econômica-Brasília, pelo atendimento sempre atencioso e eficiente;
- Aos Doutores Ricardo Rodolfo Tafani e James Rudolf La Fleur, pelas críticas, sugestões e discussões sobre a problemática do estudo, que muito contribuíram para a execução deste trabalho e em especial, ao doutor Roberto Midlej, pelo apoio e encorajamento na escolha do assunto deste trabalho.
- As Srtas. Leda e Cristina, da Divisão de Socioeconomia do CEPEC, pelo cuidadoso trabalho de datilografia; e finalmente aos meus irmãos Ademar, Maria Cristina e Márcia, pelo amor, compreensão, estímulo e solidariedade durante todo o período de realização do trabalho.

I N D I C E

	Página
LISTA DE TABELAS .....	vi
RESUMO .....	xi
SUMMARY .....	xvii
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Relação do setor industrial com o setor da produção de cacau .....	5
1.2. Relação do setor industrial com o setor de exportação de cacau "in natura" .....	8
2. DESEMPENHO DA ECONOMIA CACAUEIRA .....	15
2.1. O setor de produção .....	15
2.2. O setor de exportações .....	16
3. A POLÍTICA GOVERNAMENTAL E O DESEMPENHO DA ECONOMIA CACAUEIRA .....	24
3.1. O cacau no processo de substituição de importações no período de 1950 a 1964 .....	26
3.1.1. Políticas governamentais .....	26
3.1.2. Desempenho da economia cacauqueira .....	31
3.2. O cacau no processo de substituição de importações no período de 1965 a 1969 .....	35
3.2.1. Políticas governamentais .....	35
3.2.2. Desempenho da economia cacauqueira .....	48
3.3. O cacau no processo de promoção às exportações no período de 1970 a 1980 .....	54
3.3.1. Políticas governamentais .....	54
3.3.2. Desempenho da economia cacauqueira .....	60
4. A POLÍTICA DE SUBSÍDIOS ÀS EXPORTAÇÕES DE DERIVADOS DE CACAU .....	67

5. RESULTANÇES DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL SOBRE A ECONOMIA CACAUEIRA .....	93
6. CONCLUSÕES .....	104
7. LITERATURA CITADA .....	109

## LISTA DE TABELAS

Página

## TABELA Nº

01	Produção e exportação de cacau em amêndoas e derivados em termos de amêndoas (ETA) e participação absoluta e relativa sobre o volume da produção e sobre o volume da exportação .....	13
02	Capacidade instalada de moagem de cacau por empresa, Brasil, 1977 .....	19
03	Projeções da capacidade instalada anual de moagens de cacau por empresa, Brasil 1978-1982 .....	20
04	Setor de derivados de cacau - estimativas dos investimentos totais por projeto - 1977-1982 (Em Cr\$ 10 <sup>6</sup> de jun/78) .....	23
05	Evolução da produção brasileira de cacau, no período de 1950/51 a 1964/65 .....	32
06	Evolução do volume da exportação brasileira de cacau, de cacau em amendoas e de derivados ETA, no período de 1950/51 a 1964/65 .....	34
07	Evolução do valor real das exportações brasileiras de cacau, cacau em amêndoas e de derivados de cacau, no período de 1950/51 a 1964/65 .....	36

TABELA Nº		Página
08	Evolução dos preços médios reais pagos aos produtores, às exportações de cacau em amêndoas e às exportações de derivados de cacau ETA, no período de 1950/51 a 1964/65 .	37
09	Evolução das alíquotas do Imposto de Vendas e Consignações, no período de 1935 a 1967 .....	44
10	Evolução da produção brasileira de cacau, no período de 1965/66 a 1969/70 .....	50
11	Evolução do volume da exportação brasileira de cacau, de cacau em amêndoas e de derivados ETA, no período de 1965/66 a 1969/70 .....	51
12	Evolução do valor real das exportações brasileiras de cacau, de cacau em amêndoas e de derivados de cacau, no período de 1965/66 a 1969/70 .....	52
13	Evolução dos preços médios reais pagos aos produtores, às exportações de cacau em amêndoas, e às exportações de derivados de cacau ETA, no período de 1965/66 a 1969/70 .	53
14	Evolução das alíquotas do ICM, Brasil, período de 1967 a 1982 .....	57
15	Evolução da produção brasileira de cacau no período de 1970/71 a 1979/80 .....	62

## TABELA Nº

## Página

16	Evolução do volume da exportação brasileira de cacau, de cacau em amêndoas e de derivados ETA, no período de 1970/71 a 1979/80 .....	63
17	Evolução do valor real das exportações brasileira de cacau, de cacau em amêndoas e de derivados de cacau no período de 1970 / 71 a 1979/80 .....	65
18	Evolução dos preços médios reais pagos aos produtores, às exportações de cacau em amêndoas e às exportações de derivados de cacau ETA, no período de 1970/71 a 1979/80 .	66
19	Alíquotas de subsídios ao programa de promoções às exportações - 1964 a 1979 - Chocolate líquor manteiga, torta e pó .....	70
20	Valor total dos subsídios dos derivados de cacau no período de 1964 a 1979 em valores de 1980 .....	71
21	Preços médios reais indicativo de ICCO, pago ao produtor, de exportação de amêndoas, e de exportação de derivados de cacau ETA, no período de 1950/51 a 1979/80 .....	73
22	Índice de preços médios pagos aos produtores, preços médios de exportações de cacau em amêndoas e de derivados de cacau ETA, em relação ao preço de ICCO, no período de 1950/51 a 1979/80 .....	74



## TABELA Nº

## Página

23	Margem entre os preços reais médios de exportação de cacau em amêndoas e de derivados - manteiga e chocolate líquor ETA e o Preço ao produtor no período de 1950/51 a 1979/80 .....	77
24	Valor real das exportações de derivados, <u>valor das exportações de derivados</u> a preços de amêndoas e diferencial no período de 1952/53 a 1979/80. Em milhões de cruzeiros .....	80
25	Receita com a exportação de cacau em amêndoas e seus derivados, e taxa de <u>contribuição cambial</u> , com as respectivas instruções da SUMOC e CMN, no período de 1961 a 1980.	81
26	Valor real de taxa de retenção paga pelo setor da produção agrícola de cacau, no período de 1961 a 1980 .....	83
27	Imposto de importação e taxas operativas de cacau e derivados, nos blocos de países <u>importadores</u> , no período de 1965 a 1979 ....	85
28	Valor real do imposto de importação para os derivados de cacau para a CEE, AELC e USA, no período de 1965 a 1979 .....	87
29	Valor real das exportações brasileiras de derivados de cacau, e valor total dos <u>subsídios</u> , no período de 1965 a 1979 .....	88

## TABELA Nº

## Página

30	Total do valor real dos subsídios e valor real do imposto de importação para os produtos derivados do cacau, no período de 1965 a 1979 .....	89
31	Estimativa do valor real do imposto de importação sobre derivados de cacau, se exportados sob a forma de amêndoas, para a CEE, AELC e USA, no período de 1965 a 1979	91
32	Diferencial entre impostos de importações de derivados do cacau realmente pagos e impostos de importação de derivados de cacau se exportados sob a forma de amêndoas, para a CEE, AELC e USA, no período de 1965 a 1979 .....	92
33	Evolução da produção brasileira de cacau no período de 1950/51 à 1979/80 .....	97
34	Evolução do volume da exportação brasileira de cacau, de cacau em amêndoas e de derivados ETA, no período de 1950/51 a 1979/80 .....	99
35	Evolução do valor real das exportações brasileiras de cacau, de cacau em amêndoas e de derivados de cacau, no período de 1950/51 a 1979/80 .....	100
36	Evolução dos preços médios reais pagos aos produtores, às exportações de cacau em amêndoas e às exportações de derivados de cacau ETA, no período de 1950/51 a 1979/80 .....	101

**POLÍTICAS ECONÔMICAS E SEUS EFEITOS NO DESEMPENHO  
DA ECONOMIA CACAUEIRA: 1950-1980**

**Autor: Aureo Luiz de Azevedo Brandão**

**Orientador: Flávio Abranches Pinheiro**

**RESUMO**

O presente trabalho é um estudo das resultantes da política governamental sobre a economia cacauêira de 1950 a 1980. Com base nas análises das políticas cambial, tributária e comercial de exportação, verificou-se como estas políticas influenciaram no desempenho dos setores da produção agrícola de cacau, da exportação do cacau em amêndoas e dos derivados de cacau, além de avaliar os benefícios e as penalizações ocorridas para a economia cacauêira como um todo.

A primeira parte, dá uma idéia geral da atividade cacauêira, com informações básicas da economia em geral e as interações entre o setor de produção agrícola e os setores de exportação de amêndoas e de derivados. Em primeira instância teve-se a preocupação de elevar um pouco mais os conhecimentos e informações sobre o parque industrial de cacau, ressaltando o surgimento da industrialização, os tipos de produ-

tos processados e os argumentos favoráveis ou não à industrialização. Procurou-se também verificar o comportamento dessas indústrias na Bahia à luz do desenvolvimento brasileiro, quer na fase de substituição de importações, quer na fase de promoção às exportações, com base nas políticas cambial, comercial e tributária, bem como analisar de que modo o crescimento e fortalecimento da indústria refletiram nos setores da produção agrícola e de exportação do cacau "in natura".

Além disto, procurou-se verificar o grau de proporcionalidade, entre o volume de subsídios recebidos pela indústria brasileira de derivados de cacau em relação aos gravames tarifários enfrentados no processo de exportação.

No segundo capítulo fez-se de modo generalizado uma apreciação do setor de produção agrícola de cacau em termos de volume produzido, do crescimento relativo da produção e das principais ocorrências verificadas no setor.

Também fez-se uma análise do setor de exportações, tanto de exportadores de cacau em amêndoas quanto de derivados do cacau, salientando o seu interrelacionamento de comercialização, sua composição acionária, participação no mercado, capacidade instalada, estrutura de capital em investimento e a estrutura do mercado de cacau.

O capítulo três trata da política governamental e o desempenho da economia cacauqueira, onde se dividiu o período analisado em três subperíodos: o primeiro de 1950 a 1964, o segundo de 1965 a 1969; e o terceiro de 1970 a 1980,

escolhidos em função das alterações da política tributária, dado que ela constitui-se na política de maior influência na economia cacaeira.

Para todos os períodos, a análise foi realizada com duas abordagens básicas: as políticas governamentais expressas pelas políticas cambial, tributária e comercial e o desempenho da economia cacaeira, refletido através dos dados relativos à produção agrícola, às exportações de cacau em amêndoas e de derivados de cacau, em termos de volume e valor, e os preços pagos aos produtores, preços de exportações de amêndoas e derivados.

Os resultados mostram que até 1964, a economia cacaeira não revela crescimento do setor da produção agrícola, as exportações do cacau em amêndoas mantiveram-se estáveis, e houve um relativo desenvolvimento do setor industrial.

Com a reforma da política tributária, a mudança da política cambial, utilizando o sistema de minidesvalorização e mantendo a mesma política comercial, a economia cacaeira, de 1965 a 1969, não teve um crescimento significativo no setor de produção agrícola no volume das exportações, quer de amêndoas ou derivados. Entretanto, os preços cresceram ao nível de produtor agrícola e de forma acentuada, ao nível de exportação de amêndoas e de derivados, fazendo com que o valor das exportações crescessem em média 22,3% ao ano.

De 1970 a 1980, após a mudança da política de desenvolvimento brasileiro de substituição das importações pa

ra promoção as exportações, o setor da produção cresceu, assim como cresceram também as exportações, tanto em volume quanto em valor, de amêndoas e dos derivados. A maior taxa de crescimento se verificou para o valor das exportações dos derivados com 26,45% ao ano.

O capítulo quatro, trata dos incentivos de promoção às exportações e subsídios, analisando-se as medidas ou procedimento que outorgava os benefícios às indústrias, e, principalmente, procurou-se estimar o volume dos recursos dos subsídios alocados ao setor industrial, através das exportações dos derivados de cacau.

Também faz-se neste capítulo uma apreciação sobre a relação dos preços pagos aos produtores, dos preços de exportação de cacau em amêndoas e dos preços de exportação dos derivados com o preço indicativo da Organização Internacional de Cacau (ICCO), tomado como referência. Aborda ainda a situação da desfavorabilidade dos preços pagos aos produtores, através das margens brutas por tipo de produto (amêndoas e derivados), onde se percebe a magnitude do poder de barganha do industrial em relação ao exportador e ao produtor.

Além disto, procurou-se mensurar o volume de recursos obtidos através do confisco cambial, dado como quota de retenção para a CEPLAC, apresentando-se ainda o cálculo do valor real do imposto de importação dos países consumidores, por blocos econômicos como a Comunidade Econômica Européia, a Aliança Européia de Livre Comércio e os Estados Unidos da Amé

rica. Com estas informações, fez-se uma apreciação comparativa entre o volume dos subsídios e o volume de impostos de importações.

As justificativas para as políticas governamentais neste período de 1970 a 1980, foram basicamente: compensar a indústria de exportação pelo protecionismo dos países importadores; obter expansão de mercado; e elevar ou gerar maior quantidade de divisas.

O estudo mostra que o volume de subsídios alocado ao setor industrial foi mais que suficiente para cobrir os impostos de importações dos países importadores, chegando a representar até 37,8% do valor das exportações dos derivados em 1979. Ainda constatou-se também uma expressiva perda de divisas para o Brasil em função das exportações na forma de derivados.

Apesar disto, a análise global mostra que o setor agrícola de cacau cresceu em média 2,9% ao ano, o setor de exportação de amêndoas a 1,8% e o de derivados a 6,5% ao ano.

O capítulo cinco analisa os resultados da política governamental sobre a economia cacaeira. Aí procurou-se fazer uma análise da influência das políticas cambial tributária e comercial, ressaltando-se os principais fatos e mudanças desde o período da substituição das importações até o de promoção de exportações. Foi discutido o desempenho da economia cacaeira, quer em relação ao setor da produção agrícola, quer nos setores da exportação de amêndoas e derivados.

Também discutiu-se os efeitos dos comportamentos dos preços pagos ao produtor e os preços de exportação do cacau em amêndoas e dos derivados de cacau, evidenciando-se basicamente o fortalecimento progressivo do setor industrial face a política governamental adotada, principalmente na década de 1970, em detrimento de outros setores da economia cacauceira.



ECONOMIC POLICIES AND THEIR EFFECTS ON THE PERFORMANCE  
OF THE COCOA ECONOMY: 1950-1980

Author: Aureo Luiz de Azevedo Brandão

Adviser: Flavio Abranches Pinheiro

SUMMARY

The performance of the cocoa economy as related to the agricultural production sector as well as to the cocoa bean and by-product sector was studied. The effects of governmental exchange, tax and export trade policies on prices paid to growers and on export prices of cocoa beans and by-products during 1950 to 1980 were discussed.

An attempt was made to analyze the performance of the cocoa industry in the State of Bahia in the light of Brazil's development during the import substitution phase and the export promotion phase, based on exchange, trade and tax policies, as well as to analyze how the industry's growth and strengthening were reflected in the agricultural production sector and on the *in natura* cocoa export sector.

In addition, an attempt was made to assess the degree of proportionality between the amount of subsidies received by the Brazilian cocoa by-product industry

in relation to the tax burden to be faced in the export process.

It was shown that the agricultural sector experienced an average growth rate of 2.9% per year, the cocoa bean sector 1.8%, and cocoa by-products 6.5% per year during the period 1950 to 1980.

It was also shown that in spite of the export sector's growth, there was a significant loss of foreign exchange for Brazil in function of cocoa by-product exports and that the amount of support subsidies allocated to the industrial sector was more than sufficient to cover the responsibilities imposed by the cocoa by-product importing countries.

## 1. INTRODUÇÃO

A economia brasileira do cacau pode ser dividida basicamente em dois setores: o setor de produção e o setor de exportação.

O primeiro é composto de grupos de produtores (fazendeiros e industriais de bens finais para o abastecimento do mercado interno). O segundo é constituído de exportadores de produtos "in natura" e de exportadores de produtos semi-industrializados (indústrias de primeira fase). Além destes setores, o governo tem papel ativo na economia do cacau, com suas atividades de coordenar, disciplinar e orientar os grupos mencionados, com o objetivo de preservar a iniciativa privada e buscar o equilíbrio social da economia do cacau.

O presente trabalho pretende analisar a economia cacauceira com ênfase no setor responsável pela exportação de semi-industrializados, parte esta conhecida como parque industrial de derivados de cacau, excluindo a parte das indús-

trias de chocolate que produz produtos finais. A ênfase neste setor para a realização do estudo, foi baseada nos fatos de que:

- a - Apesar de sua criação relativamente recente, o setor exportador de semi-industrializados apresenta um crescimento acelerado tanto na capacidade instalada das unidades fabris existentes quanto em novas unidades o que coloca o Brasil dentre os primeiros países industrializadores de cacau do mundo; BNDE (1978) e FGV (1980).
- b - Ofereceu uma outra opção da exportação do cacau, além da oferta do produto "in natura"; BNDE (1978).
- c - Pelo esforço social, governamental e privado na criação do parque industrial; FGV (1980) e
- d - Pelos poucos e escassos estudos existentes sobre este setor.

A proposição geral é de analisar o comportamento do parque industrial de derivados de cacau em 30 anos de existência (1950/1980), em comparação aos setores de produção e exportação de cacau "in natura".

A importância do estudo aumenta quando se percebe que o parque industrial age intermediariamente entre o setor de produção e as indústrias que utilizam seus produtos como insumos, destacando-se as indústrias chocolateiras, farmacêuticas e de cosméticos, embora numa quantidade diminuta, BNDE (1978).

Como aspectos positivos à existência da industrialização, aponta-se a diversificação do produto na pauta de exportação, sob outras formas que não são amêndoas <sup>1/</sup>, o aproveitamento do cacau "in natura" que não seria exportado em razão da baixa qualidade, a diminuição do volume de cacau em amêndoas de má qualidade, e a possível redução de custos de transporte e armazenagem dado ao seu menor volume, MACEDO (1976) e BNDE (1978).

Ao lado dos citados pontos positivos na criação e manutenção do parque industrial dos derivados de cacau, são colocados diversos aspectos negativos, tais como: preços inferiores ao do cacau em amêndoa; o reduzido número de empresas que em sua grande maioria, é de capital multinacional e que começa a dominar praticamente a totalidade da comercialização do produto para o exterior; a proteção governamental através de incentivos à exportação; a dominância da participação estrangeira que permite uma concentração maior de capital e extrema dependência tecnológica do setor; e o baixo índice de geração de emprego devido às características de intensificação de capital das unidades fabris, FGV (1980), BNDE (1978) e MACEDO (1976).

-----  
<sup>1/</sup> Manteiga de cacau é obtida através da prensagem das amêndoas e obtendo-se o sub-produto torta, que moída, transforma-se em cacau em pó. Alternativamente, pode-se ter a pasta de cacau que é obtida após a secagem, descascagem e trituração do cacau em amêndoas (Figura 1). A descrição do processo detalhado de obtenção dos produtos pode ser obtida em BNDE, 1978, op. cit., p.2; TOSTA FILHO, 1960. Comercialização de cacau e produtos derivados. Salvador. 172p. 86 a 88; dentre outros.

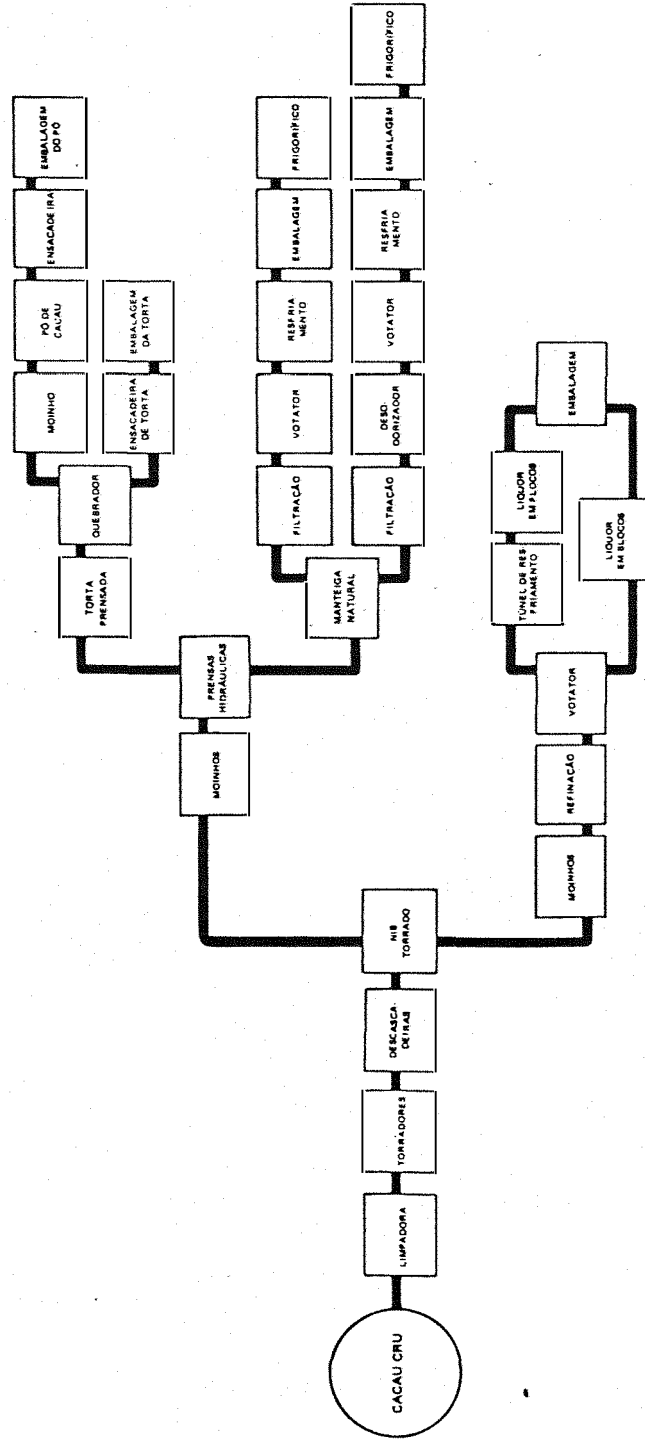


Figura 1. Industrialização do cacau.

É importante também situar nesta introdução, como o setor industrial de cacau se interrelaciona com os demais setores da economia cacaueira, ou seja, como ele atua na intermediação.

### 1.1. Relação do setor industrial com o setor de produção de cacau

O produtor, teoricamente, tem três opções para a venda de seu produto: ele pode vender ao exportador, que de modo geral possui uma rede de compras espalhada nas sedes dos municípios, vilas, etc.; pode optar pela venda às cooperativas em que esteja filiado; e pode vender às indústrias, que via de regra não mantêm uma estrutura de compra como os exportadores.

Uma idéia generalizada da comercialização interna do cacau esclarece adicionalmente o funcionamento de parte da economia cacaueira vista até aqui. O agricultor vende o cacau em bagas, seco e ensacado para agentes, filiais ou comerciantes da indústria processadora, para exportadores, ou para cooperativas. As indústrias processadoras vendem seus derivados para corretoras, "Dealers", ou para indústrias chocolateiras ou de produtos finais, como também são chamadas. O canal de comercialização pode não ser necessariamente nesta sequência, seguindo às vezes caminhos alternativos, ou seja,

diretamente às indústrias chocolateiras, sem passar pelos "Dealers", ou para outra indústria processadora, sem intermediação.

Os exportadores de amêndoas e cooperativas podem vender para corretores, "Dealers", indústrias processadoras internas ou externas, e indústrias chocolateiras que também são processadoras. As indústrias processadoras e chocolateiras podem vender às confeitarias. Somente as chocolateiras colocam o produto final ao consumidor (Figura 2).

Com o exposto anteriormente, pôde-se ter uma visão das características dos setores de produção e exportação, necessária para a análise que se segue.

Com o surgimento do grupo industrial no mercado, o agricultor esperava que a concorrência deste grupo com os exportadores pela aquisição da matéria prima, resultasse numa melhoria de preços de cacau "in natura" no mercado interno. Entretanto tal fato não ocorreu, possivelmente devido a ação governamental, através de medidas protecionistas à indústria <sup>1/</sup>, o que será objeto de análise neste estudo.

Em razão de não se ter os preços pagos pelos industriais e pelos exportadores de forma separada, não se pode fazer uma análise comparativa entre os preços pagos ao produtor pelo grupo de exportadores e pelo grupo dos industriais.

-----  
<sup>1/</sup> Por exemplo, o estabelecimento de garantia de parte da produção, que ficou conhecido como Sistema de Cotas.



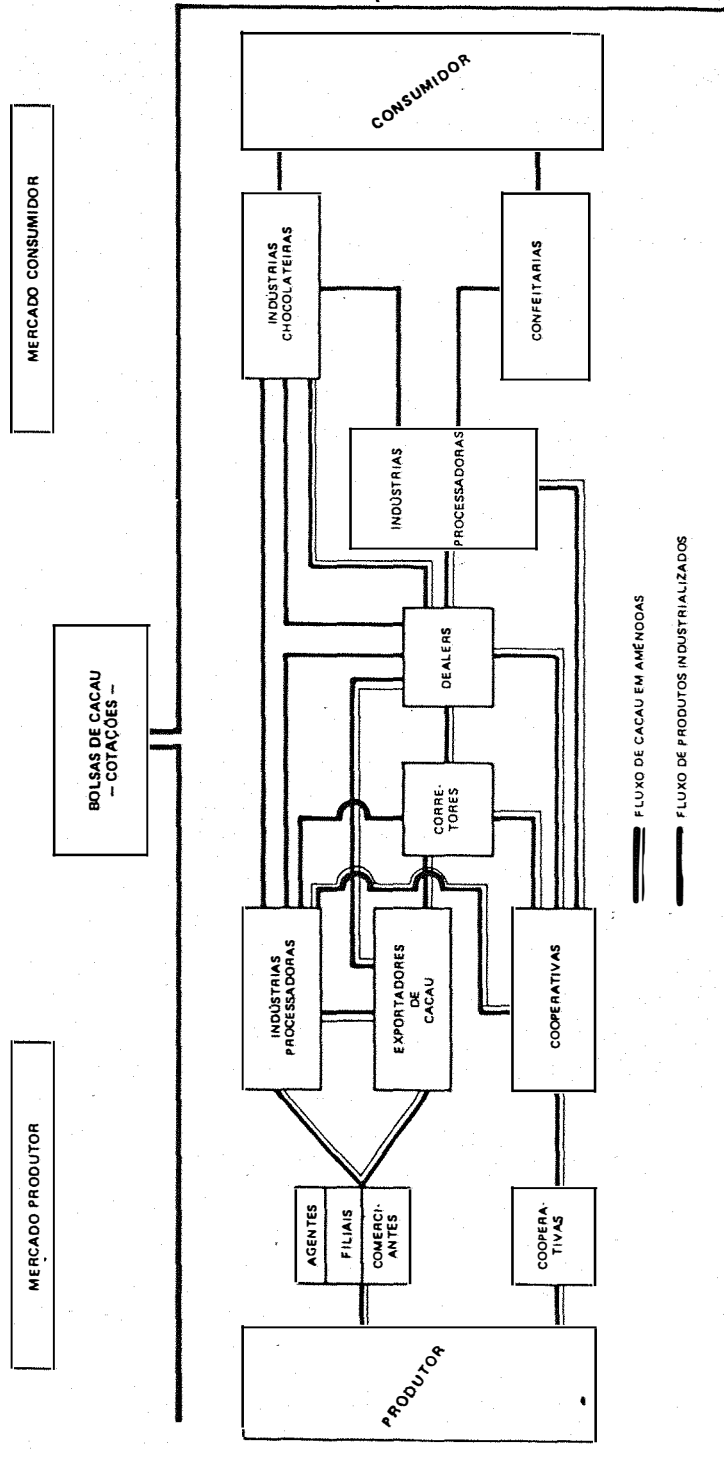


Figura 2. Estrutura do mercado de cacau.

Porém, no que se refere ao volume comprado pode-se dizer que, se durante a década de 70 o grupo industrial absorvia de início, pouco mais de 30% da produção, chega ao final adquirindo 42,6% da produção de cacau. Além disto, certos benefícios auferidos pelo setor industrial como os incentivos fiscais, e não repassados ao setor agrícola via preço, tem provocado tensões entre os dois grupos, o que aparentemente não tem afetado as relações comerciais entre os mesmos, provavelmente por falta de opções dos produtores.

## 1.2. Relação do setor industrial com o setor de exportação do cacau "in natura"

O interrelacionamento entre o grupo industrial e o grupo de exportadores dá-se em bases comerciais, uma vez que este pode atuar como um intermediário, na aquisição da matéria-prima à indústria. Pode-se supor que as tensões entre estes grupos são mais fortes em razão de vários fatores, como a concorrência pelo produto "in natura", o ganho de parte expressiva do mercado de amêndoas pelo grupo industrial em função do afastamento de firmas anteriormente atuantes neste mercado <sup>1/</sup>, e pelo tratamento diferenciado de políticas governamentais para um e outro grupo.

<sup>1/</sup> Segundo BARROCO (1970, p.8), atuavam na região cacauzeira da Bahia em 1970 trinta e seis firmas exportadoras de cacau em amêndoas. NASCIMENTO (1981, p.17) encontrou dezenove empresas exportadoras, o que significa um decréscimo na década de quase 47% das empresas.

Para complementar, o setor industrial faz a intermediação entre os setores de produção e exportação de amêñdoas e as outras unidades industriais de bens finais, funcionando como supridor de matéria-prima.

Atualmente o parque industrial brasileiro de derivados de cacau compõe-se de quinze unidades fabrĩs, das quais oito localizadas na Bahia, duas no Espĩrito Santo, quatro em São Paulo e uma no Rio Grande do Sul. Porẽm, ẽste trabalho somente se refere ãs unidades fabrĩs localizadas na Bahia, uma vez que foi neste Estado que se verificou a maior expansão do parque para a exportação dos derivados. Salientase ainda que a Bahia foi, atẽ 1976, responsável por 80,8% da produção de derivados de cacau no Brasil, com quatro grandes firmas moedoras <sup>1/</sup>. Embora as duas fãbricas do Espĩrito Santo e dos outros Estados possam tambẽm produzir derivados, elas moẽm basicamente para o consumo prõprio, FGV (1980) e BNDE (1978).

O surgimento da industrialização do cacau no Brasil ẽ de certo modo singular, dado que ocorreu numa situação de crises sucessivas no comẽrcio exterior, causadas por guerras e depressão, e não em função de modelo de desenvolvimento adotado pelo paĩs.

-----  
<sup>1/</sup> Deve-se dizer que ã partir da 2ª Guerra Mundial, a Bahia ampliou, suas unidades fabrĩs, chegando em 1980 com sete unidades em funcionamento e uma em implantação.

Por volta dos anos 30, a situação do Brasil com seu modelo primário-exportador em crise, com a queda da receita de exportação e a conseqüente diminuição de capacidade de importar, levou a adoção de um modelo baseado no processo de substituição das importações. Tal processo, "pode ser entendido como um processo de desenvolvimento parcial e fechado que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos", TAVARES (1977, p.29).

O processo de substituição de importação surgiu basicamente do estrangulamento externo, que segundo Tavares, se manifesta de duas formas: "de caráter absoluto, onde a capacidade de importar é estancada ou declinante; e de forma relativa, onde a capacidade para importar cresce lentamente, a uma taxa inferior ao produto". Porém, "o estrangulamento externo só era indutor do processo de desenvolvimento, à medida que havia internamente uma demanda contida por importações de bens de consumo, que ao serem substituídos, expandiam o próprio mercado interno, e geravam uma demanda derivada de bens de capital e produtos intermediários a qual, por sua vez, resultava em novo estrangulamento externo, levando a uma outra onda de substituições, e assim por diante", TAVARES (1977, p.36 e 117).

O critério de seleção das novas linhas de produção, "nas primeiras fases do processo de substituição de

novas linhas de produção é feito à luz da demanda interna existente pelos itens da pauta mais facilmente substituíveis, que são, como já vimos, os bens de consumo terminados", TAVARES (1977, p.44).

O cacau, sendo um produto de exportação e sem expressão para o mercado interno, logicamente não seria objeto de uma política industrialista, quer por força de pressão externa, quer por necessidade interna. Ocorreu no entanto, que as circunstâncias externas de crises e depressões, que culminaram com a eclosão da 2ª guerra mundial, favoreceram sobremaneira o surgimento e a expansão do parque industrial de derivados de cacau no Brasil, "devido ao fechamento de algumas unidades fabris localizadas na Holanda, Estados Unidos e Grã-Bretanha (países responsáveis por mais de 90% da moagem mundial no decênio 1939/48), aliado à diminuição da produção internacional, o que determinou uma elevação de preços para estes produtos". "Tal situação se modificou com o fim da guerra, pela reentrada das fábricas holandesas no mercado, o que resultou na queda de preços dos produtos, chegando-se ao início dos anos 50, numa situação difícil para a indústria brasileira de derivados de cacau", TOSTA FILHO (1953, p. 7 e 9) e TOSTA FILHO (1960, p.88). A escolha do período de 1950/1980 para este estudo não foi em função da situação de desequilíbrio vigente na época, mas em função dos dados de maior confiabilidade e também por acreditar-se que um período tão especial como o mencionado anteriormente, poderia distorcer ou

levar à conclusões diferentes de épocas consideradas normais. Pode-se dizer ainda, que foi durante às últimas três décadas, que o governo tornou-se mais atuante no sentido de dirigir e mesmo provocar um crescimento maior do setor industrial.

A importância do estudo consiste também na análise do contínuo e expressivo crescimento da produção industrial, tanto de seu volume exportado como de seu volume produzido, no período de 1950 a 1980. Os derivados de cacau, que representavam 17,2% do total exportado e absorviam 15,3% da produção brasileira em 1950, passaram a representar 48,0% do volume da exportação em 1980, sendo que as aquisições foram de 42,6% da produção total de cacau (Tabela 1).

Tal crescimento foi possível em razão dos esforços dispendidos pelo governo e pelos setores de produção e exportação, pois o setor produtor, que no período do pós guerra encontrava-se em crise, evoluiu de pouco mais de 100 mil toneladas (1950/51), para 340 mil (1979/80), com aprimoramento da tecnologia não só da atividade agrícola <sup>1/</sup> como também do processo do beneficiamento <sup>2/</sup> do produto destinado à exportação e consumo interno.

No setor exportador, o desenvolvimento alcançado aconteceu tanto no aprimoramento da comercialização <sup>3/</sup> quan

-----  
<sup>1/</sup> Plantio, combate às pragas e doenças, manejo, etc...

<sup>2/</sup> Secagem, embalagem e controle de qualidade.

<sup>3/</sup> Devido ao avanço das comunicações, e ao surgimento do sistema cooperativista, e industrial.

Tabela 1. Produção e exportação brasileira de cacau em amêndoas em termos de amêndoas (ETA)<sup>a/</sup> e participação absoluta e relativa sobre o volume da produção no período 1950/51 a 1979/80

Ano Agrícola brasileiro <sup>b/</sup>	Produção (1000t)	Total das exportações		Exportações de amêndoas			Exportação de derivados		
		Volume (1000ton)	% sobre a produção	Volume (1000ton)	% sobre a produção	% sobre a exportação	Volume (1000ton)	% sobre a produção	% sobre a exportação
1950/51	131	116	88,5	96	73,3	82,8	20	15,3	17,2
1951/52	100	70	70,0	58	58,0	82,9	12	12,0	17,1
1952/53	92	140	152,2	109	118,5	77,9	31	33,7	22,1
1953/54	116	136	117,2	121	104,3	89,0	15	12,9	11,0
1954/55	167	142	85,0	122	73,1	85,9	20	11,9	14,1
1955/56	152	159	104,6	126	82,9	79,2	33	21,7	20,8
1956/57	162	152	93,8	110	67,9	72,4	42	25,9	27,6
1957/58	148	144	97,2	104	70,2	72,2	40	27,0	27,8
1958/59	185	152	82,1	112	60,5	73,7	40	21,6	26,3
1959/60	179	139	77,1	83	45,8	59,7	56	31,3	40,3
1960/61	129	175	135,6	128	99,2	73,1	47	36,4	26,9
1961/62	149	144	96,7	101	67,8	70,1	43	28,9	29,9
1962/63	89	83	94,3	43	48,9	51,8	40	45,4	48,2
1963/64	105	107	101,9	69	65,7	64,5	38	36,2	35,5
1964/65	118	112	94,0	83	70,3	74,1	29	23,7	25,9
1965/66	162	157	96,7	103	63,4	65,6	54	33,3	34,4
1966/67	169	167	98,8	112	66,3	67,1	55	32,5	32,9
1967/68	168	154	91,0	98	57,7	63,6	56	33,3	36,4
1968/69	113	108	95,5	65	57,5	60,2	43	38,0	39,8
1969/70	204	191	93,6	143	70,1	74,9	48	23,5	25,1
1970/71	166	160	96,4	110	66,3	68,8	50	30,1	31,2
1971/72	217	193	89,4	131	60,4	67,9	62	29,0	32,1
1972/73	182	167	91,8	91	50,0	54,5	76	41,8	45,5
1973/74	192	178	92,7	98	51,0	55,1	80	41,7	44,9
1974/75	206	191	92,7	116	56,3	60,7	75	36,4	39,3
1975/76	283	260	91,9	180	63,6	69,2	80	28,3	30,8
1976/77	232	201	86,6	114	49,1	56,7	87	37,5	43,3
1977/78	259	224	86,5	118	45,6	52,7	106	40,9	47,3
1978/79	286	251	87,8	132	46,2	52,6	119	41,6	47,4
1979/80	336	298	88,7	155	46,1	52,0	143	42,6	48,0

a/ Em termos de amêndoas - os dados da exportação de produtos derivados, foram obtidos em toneladas de produtos: "Líquor, manteiga, torta, pó e outros, sendo entretanto transformados em termos de equivalência amêndoas. Isto é, o volume de "líquor" em termos de amêndoas, bem como a manteiga, torta e pó foram transformados para o equivalente em amêndoas.

Os cálculos foram feitos utilizando-se os coeficientes técnicos de transformação industrial, usados e aceitos no Brasil, em vez de utilizar os adotados pela FAO. Assim, para obter-se o volume de "líquor" em termos de amêndoas, multiplicou-se o volume em tonelada exportada do produto, por 1,2498 e obteve-se o volume em termos de amêndoas. Para a manteiga, torta e pó, o coeficiente é de 2,6586. Somando-se os resultados obtidos os volumes de "líquor" e manteiga, obteve-se o volume total de derivados, em termos de amêndoas. Adicionando ao volume exportado de amêndoas, tem-se o total das exportações de cacau, em termos de amêndoas.

#### Conversões - ABIC

Coeficientes técnicos de transformação industrial

1 ton de amêndoas	= 800,128 kg de líquido
1 ton de amêndoas	= 376 kg de manteiga
1 ton de manteiga + 1,127 ton de torta	= 2.658,6 kg de amêndoas
1 ton de líquido	= 1.249,8 kg de amêndoas
1.127 kg de torta	= 1.118 kg de pó.

b/ Ano Agrícola brasileiro de 19/5 a 30 de abril do ano seguinte.

FONTE: De 1950/51 a 1957/58 - Comissão de Comércio de Cacau da Bahia - COMCAUBA.

De 1958/59 em diante, CEPLAC/SECRE/ASSEC - Anuário Estatístico do Cacau e Cacau Informe Econômico - Abr./jun. de 1981.

to nas formas dos produtos, graças às opções geradas pela industrialização.

O governo, ainda hoje, continua sendo o setor responsável pelas grandes mudanças ocorridas nas últimas décadas, utilizando políticas que permitiram a continuidade do setor exportador de cacau, sobretudo a rápida expansão do parque industrial de derivados de cacau.

Vale ressaltar que os conhecimentos sobre o assunto são bastante limitados em função da não divulgação de informações pelo parque industrial, o que tem restringido a existência de maior número de trabalhos sobre o assunto, e uma análise mais profunda da problemática em questão.

O objetivo do trabalho é analisar a economia cacaeira com ênfase no comportamento do parque industrial de derivados de cacau na Bahia, à luz do desenvolvimento brasileiro, quer na fase de "substituição de importações", quer na fase de "promoção às exportações", com base nas políticas cambial, comercial e tributária, e observar de que modo o crescimento e fortalecimento da industrialização, refletiram nos setores de produção e exportação de cacau "in natura", no período de 1950 a 1980.

Em segundo lugar pretende-se verificar o grau de proporcionalidade entre o volume de subsídios recebidos pela indústria brasileira de cacau em relação aos gravames tarifários enfrentados no processo de exportação.



## 2. O DESEMPENHO DA ECONOMIA CACAUEIRA

### 2.1. O setor de produção

A década de 50 revelou-se como uma época crítica e decisiva para a lavoura do cacau. A crise de produção até 1954 e logo após, a crise de preços (1955 e 1956), provocaram uma intervenção efetiva por parte do governo federal, com a criação da CEPLAC, TOSTA FILHO (1960), VIEIRA (1981) e CEPLAC (1977). A partir daí, foi preocupação, dessa instituição e dos produtores, o desenvolvimento agrícola e o fortalecimento financeiro do setor primário, através de pesquisa, assistência técnica, formação educacional da população e trabalhadores rurais. Além disso, procurou melhorar a qualidade do produto a nível de propriedade, fazendo com que os produtores investissem em instalações de beneficiamento, onde o produto tivesse dentro das normas de padronização aceita pelo importador. Uma vez que havia um consenso de que o produto

brasileiro sofria desajustes de preços, por diferença de qualidade em relação ao produto africano.

Para tanto, a CEPLAC procurou desenvolver um programa de produção e distribuição de sementes melhoradas, além de aprimorar as condições de infraestrutura de beneficiamento do produto a nível de fazenda. Todos estes esforços contribuíram para que a produção saísse de 131 mil toneladas em (1950/51), para 336 mil em 1980 (Tabela 1), representando um crescimento de 156,5%, no período.

Tal crescimento, resultou não da expansão das áreas plantadas no decorrer da década de 70, através da implementação do PROCACAU<sup>1/</sup> a partir de 1976, quando as áreas ocupadas que estimavam-se em cerca de 494 mil hectares, passaram para 637 mil hectares em 1980, mas do esforço da pesquisa e da extensão, o que pode ser avaliado comparando-se a produtividade de 1971/72 (430 kg/ha) com a de 1979/80 (623 kg/ha). No ano de 1978/79, ocorreu a mais alta produtividade dos últimos anos, com 726 kg/ha, CEPLAC (1980).

## 2.2. O setor de exportações

Mesmo com o aumento da produção de cacau nos

-----  
<sup>1/</sup> PROCACAU - Programa Diretrizes para Expansão da Cacaucultura Nacional Brasília, 200p. Este programa representa um plano decenal (1976/1985) de expansão de produção para a Bahia de 110 mil hectares de novas áreas de recuperação de 150 mil hectares.

últimos anos, as empresas e cooperativas exportadoras do cacau em amêndoas e as indústrias de derivados do cacau, têm mantido o mesmo nível das exportações do produto em torno de 90% da produção total. A mudança visível tem sido a relação entre quantidades exportadas em amêndoas e quantidades exportadas de produtos derivados, o que demonstra uma perda relativa de mercado externo por parte dos exportadores de cacau em amêndoas, para o grupo de indústrias de derivados. Este grupo é constituído de 5 empresas, das quais quatro foram responsáveis pela maior parcela dos derivados processados e exportados (Barreto de Araújo Produtos de Cacau S/A, Chadler Industrial da Bahia S/A, Joanes Industrial S/A, e, Berkau S/A Comércio e Indústria). À exceção da Chadler, que também fabrica produtos acabados (chocolate, bombons, etc.), as outras empresas dedicam-se exclusivamente ao processamento de derivados destinados em sua maioria ao mercado externo. Estas empresas localizadas na Bahia, participaram em 1978, com cerca de 80% do total da exportação brasileira de derivados de cacau.

Assim, 20% dos derivados foram processados por indústrias chocolateiras de outros Estados, que moem para o próprio consumo como: a Companhia Industrial e Comercial Brasileira de Produtos Alimentares - NESTLÉ, Kibon S/A - Indústrias Alimentícias, Chocolate Garoto S/A, Chocolate Vitória S/A, e Chocolate Lacta S/A, dentre outros.

As exportações de derivados cresceram

expressivamente uma vez que em 1950 exportava-se 20 mil toneladas em termos de amêndoas, representando 17,2% do total das exportações de cacau, atingindo 143 mil toneladas de derivados em termos de amêndoas, com 48% do total da exportação em 1980 (Tabela 1). Enquanto as exportações do cacau em amêndoas cresceram 61,5%, passando de 96 mil toneladas para 155 mil toneladas (Tabela 1), a exportação dos derivados cresceu 715% no período considerado.

Pode-se supor, que a tendência é ampliar ainda mais a parcela de exportação de derivados, o que é reforçado pela utilização parcial de capacidade instalada existente, pela ampliação da capacidade nas fábricas existentes e pela implantação de novas unidades fabris recentemente instaladas na Bahia.

O parque industrial de derivados contava em 1977, com uma capacidade instalada de aproximadamente 193 mil toneladas de moagem/ano (Tabela 2) sendo utilizada cerca de 73% a 83% desta, BNDE (1978). Para 1982 previa-se a ampliação da capacidade instalada para 292 mil toneladas/ano (Tabela 3).

As empresas do parque industrial de cacau, pertencem a capital privado, sendo a ITAÍSA, a única empresa do setor, com pequena participação de capitales total, INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (1980). As seis empresas da Bahia estão assim estruturadas: A Barreto de Araújo, é associada com a firma inglesa W.G. Spice B Co. Ltda.

Tabela 2. Capacidade instalada de moagem de cacau por empresa, Brasil, 1977

Empresas	Capacidade instalada anual	
	ton/ano	%
Barreto de Araújo <u>a/</u>	64,920	33,7
Fábrica I e II	Salvador (Ba)	18,1
Fábrica III	Ilhéus (Ba)	15,6
Chadler <u>b/</u>	Salvador (Ba)	17,9
Joanes <u>b/</u>	Salvador (Ba)	16,4
Berkau <u>b/</u>	Ilhéus (Ba)	14,2
Outras <u>c/</u>	-	17,8
Total	192.670	100,0

a/ Própria empresa

b/ SPI/BNDE com base em informações da ABIC

c/ SPI/BNDE valor estimado - 1978

FONTE: BNDE - reproduzido do Diagnóstico Setorial

Tabela 3: Projeções da capacidade instalada anual de moagens de cacau por empresa, Brasil, 1978-1982

Empresas	Tonelada/ano				
	1978	1979	1980	1981	1982
Barreto de Araújo	64.920	64.920	64.920	64.920	64.920
Chadler	36.000	43.000	50.000	50.000	50.000
Joanes	31.680	56.680	56.680	56.680	56.680
Berkau	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000
Coprodal	-	-	17.000	17.000	17.000
Itaísa	-	-	-	30.000	30.000
Outras <sup>a/</sup>	35.860	37.650	39.530	41.510	43.590
<b>Total</b>	<b>198.460</b>	<b>232.250</b>	<b>258.130</b>	<b>290.110</b>	<b>292.190</b>

<sup>a/</sup> Estimado um aumento de 5% a.a.

FONTE: BNDE - reproduzido do Diagnóstico Setorial, SPI/BNDE - 1978

(pertencente ao grupo Guinness e Peat), e a International Marketing Services, que comercializa sua produção no exterior, através das subsidiárias Barreto Cocoa Products Sales (Nova York) e Barreto-Japan Co. Ltd. (Tokio), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CACAU (1980); a Joanes Industrial, é subsidiária do grupo Gill & Duffus (Inglaterra) o maior "dealer de cacau do mundo; a Coprodal, é subsidiária da Nestlé Alimentana (Suíça); a Chadler Industrial da Bahia S/A, possui 55% de controle acionário nacional do grupo Chadler e tem participação de 22,5% da Hershey (Estados Unidos), 11,25% da Golodetz (Suíça) e 11,25 da General Cocoa (Estados Unidos), BNDE (1978); a Itaísa, que entrou em funcionamento recentemente é formada com 40% de capital dos produtores, através da Cooperativa Central de Produtores de Cacau (COPERCACAU), 40% da Cacao Barry (França), 10% de capital da CEPLAC (órgão federal do Ministério da Agricultura), 6% do Governo do Estado da Bahia, e, 4% de capital individual privado; e, finalmente, a Berkau que é a única empresa do grupo, sem relações contratuais com grupos internacionais.

Estas empresas possuem fábricas implantadas com sofisticados equipamentos e maquinarias, em função dos altos níveis de qualidade exigidos no mercado externo, o que pressiona as empresas à competição em termos de qualidade, segurança na entrega, eficiência de transporte, embalagem e preços. Daí a maioria das empresas, principalmente as multinacionais, utilizarem tecnologias externas através de contratos de

assistência técnica como é o caso de Barreto de Araújo S/A, com a W.G. Spice; a Itaísa com a Barry (França); e outros, BNDE (1978) e FGV (1980, p.68).

Tal estrutura, exigiu grandes somas de capital, que o BNDE estimou em investimentos de Cr\$ 1.661 milhões (em cruzeiros, de junho de 1978), no período de 1977/82 (Tabela 4). "Estes investimentos seriam distribuídos na seguinte forma: 42,8% em máquinas e equipamentos; 25,8% em terrenos, edificações e instalações; 15,3% de despesas de implantação; e, 16,1% em capital de giro", BNDE (1978, p.65).

A Tabela 4, mostra ainda que a época de maior concentração dos investimentos foi no período 1977/79, época em que se modificou a política de subsídios aos produtos industriais brasileiros.



Tabela 4. Setor de derivados de cacau - estimativas dos investimentos totais por projeto - 1977/1982 (em Cr\$ 10<sup>6</sup> de Junho/78)

Empresas	1977	1978	1979	1980	1981	1982	Total
Berkau	130	130	66	-	-	-	326
Joanes	109	109	122	-	-	-	340
Chadler	-	49	85	70	-	-	204
Coprodal	37	55	56	83	-	-	231
Itaísa	-	16	82	98	212	-	408
Outras	23	23	24	24	29	29	152
<b>Total</b>	<b>299</b>	<b>382</b>	<b>435</b>	<b>275</b>	<b>241</b>	<b>29</b>	<b>1.661</b>

FONTE: SPI-BNDE - transcrita do Diagnóstico sobre Derivados de Cacau - 1978.

### 3. A POLÍTICA GOVERNAMENTAL E O DESEMPENHO DA ECONOMIA CACAUUEIRA

Ao governo tem cabido o papel de agente condutor do processo de desenvolvimento do país, implementando medidas de política econômica que têm permitido viabilizar o processo.

Tais medidas começaram a ser mais utilizadas no Brasil na década de 40, quando o país passou de uma estratégia de modelo primário-exportador, para um processo de substituição de importações, em virtude dos efeitos das crises externas, agravadas por uma conjuntura de guerra mundial. Tal passagem foi feita através das modificações das políticas cambial, comercial, tributária e de outros instrumentos necessários às exigências do processo. Estas medidas permitiram a implantação e estruturação do parque industrial brasileiro, e que mais tarde, em 1968, sofreram outras mudanças em função dos objetivos do novo modelo de desenvolvimento, cuja estratégia

não mais seria de diminuir ou substituir as importações, mas sobretudo, ampliar e promover as exportações brasileiras. Esta última política de desenvolvimento é conhecida hoje como o processo de promoção às exportações, que entre outras pretensões, procura ampliar e consolidar o sistema industrial do país.

Os 30 anos analisados no presente estudo, foram divididos em 3 períodos <sup>1/</sup>, no sentido de melhor sistematizar a explanação dos fatos ocorridos, em virtude de mudanças nas políticas cambial, comercial e tributária, tomadas pelo governo visando o desenvolvimento brasileiro.

Em cada período procurar-se-á analisar os efeitos ou modificações no comportamento dos setores de produção e exportação de cacau, através do volume, valor e preços obtidos na economia cacaueira.

A escolha do 1º período foi em função de mudanças constantes da política cambial e alterações importantes no setor de produção <sup>2/</sup>. O segundo período decorreu da mudança da política tributária aliada à fase de recuperação da lavoura cacaueira <sup>3/</sup> e, finalmente a escolha do terceiro período representa a consolidação da mudança da política de desenvolvimento de subs-

-----  
<sup>1/</sup> O 1º período compreende 1950 a 1964; o 2º de 1965 a 1969; e o 3º de 1970 a 1980.

<sup>2/</sup> Situações de crises e a criação da CEPLAC (1957).

<sup>3/</sup> Após a criação da CEPLAC, o surgimento da Extensão Rural, da Pesquisa e da Educação.

tituição de importações para a política de promoção às exportações.

### 3.1. O cacau no processo de substituição de importações Período de 1950/64

#### 3.1.1. Políticas governamentais

Como a análise inicia-se a partir do ano de 1950, é necessário que se esclareça que até 1953, os principais instrumentos utilizados eram baseados numa política cambial, que ainda não favorecia ao processo de substituição de importações, mas objetivava principalmente o combate aos desequilíbrios do balanço de pagamentos. Para este fim, adotou-se uma política, de licenças mediante a oferta de divisas, de acordo com o critério de essencialidade visando o controle do nível e a estrutura da pauta de importações.

Neste período, a taxa cambial era fixa ao nível de Cr\$ 18,50 por dólar, FGV (1967), HOMEM DE MELO e ZOCKUM (1977), PASTORE (1977) e ZOCKUM et alii (1976). Porém, o excesso de demanda de divisas, a partir de 1950, provocou um desequilíbrio no sistema de licenciamento e em consequência, ocorreu a primeira mudança no comportamento do governo, através da adoção de nova política cambial em 1953.

A política comercial até este ano foi baseada

no regime de controle quantitativo para importações a uma taxa fixa sobre-valorizada e "as exportações agrícolas nesse período, além de serem restringidas pela taxa de câmbio, eram também contidas pelas licenças que nem sempre eram concedidas". ZOCKUM et alii (1976). "Esta última medida, bastante severa, (a fim de garantir o suprimento interno e evitar as altas dos preços principalmente de produtos de alimentação) foi bastante relaxada para o café. Dependendo do balanço de pagamentos tentou-se elevar a receita de divisas, liberando o licenciamento às exportações de alguns produtos, tais como: café, algodão, cacau, etc. Tal medida conseguiu em 1950 um superávit no balanço de pagamentos, devido ao aumento do volume exportado". ZOCKUM et alii (1976, p.35). "As exportações agrícolas, durante 1950 estiveram sujeitas a várias normas. Inicialmente café, algodão e cacau, eram remunerados à taxa oficial, e 30% da receita das exportações de 26 produtos incluindo arroz, batata, banana, castanha do Pará, fumo, couro, laranja, linter de algodão, madeira, sisal e alguns produtos de cacau, eram vendidos no mercado livre de câmbio. Devido à pressão dos exportadores no sentido de igualar as taxas cambiais ao nível da mais elevada, em setembro de 1953 todos os produtos mencionados passaram a ter 50% de sua receita de exportação negociadas no mercado livre, com exceção dos anteriormente efetuados à taxa oficial", ZOCKUM et alii (1976, p.36).

No período de 1953 a 1961, vigorou um sistema de taxas múltiplas de câmbio, para quatro tipos de mercadorias: oficial para produtos tradicionais; e três flutuantes para as demais mercadorias. Estas taxas situavam-se entre a taxa oficial e a de mercado livre, e mais tarde foram agrupada em 2 categorias, que diferenciavam-se por bonificações ZOCKUM et alii (1976).

A partir de 1958, permitiu-se paulatinamente as transações dos produtos de categorias mais altas (de bonificação) se processassem no mercado livre de câmbio. "No início de 1960 todos os produtos tiveram suas receitas negociadas no mercado livre, com exceção do café, cacau e óleo cru mineral, que permaneceram sob o regime de bonificações", FGV (1967, p.50) e FGV (1972) 1/.

O fim das taxas múltiplas de câmbio, verificou-se quando o último produto (o cacau) passou para o mercado livre de câmbio 2/. Entretanto, foi instituído uma "taxa de retenção" nas exportações do cacau, semelhante à "Quota de Contribuição do Café", pela qual o exportador teria de entregar 15% do valor de exportação para o Banco do Brasil que depois

---

1/ Determinada pela Instrução 192 de 30/12/1959.

2/ Através da Instrução 217 de março de 1961.

foi destinado à receita da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC.

De 1961 a 1964, voltou-se à experimentar todos os instrumentos de utilização de taxa cambial, isto é, taxas diferenciadas para transações financeira e comercial. Depois, foi adotada uma taxa fixa para o café, açúcar e petróleo, enquanto que os demais produtos ficaram vinculados ao mercado livre.

A política comercial de 1955 a 1961 foi regida pela Instrução 112 da SUMOC <sup>1/</sup> que dividia as exportações em quatro categorias, com bonificações diferenciadas. O cacau em amêndoas, situava-se na primeira categoria de bonificação mais baixa. Os derivados de cacau, situavam-se na segunda categoria, com bonificação de Cr\$ 18,70 por dólar. Durante este período, as pressões dos exportadores se fizeram sentir, quando os produtos passaram para categorias mais altas, até atingir o mercado livre de 1961 a 1964. A política comercial era bastante instável alternando medidas restritivas com medidas liberalizadoras, FGV (1968); FGV (1972); FGV (1976) e ZOCKUM et alii (1976).

As exportações agrícolas eram mais ou menos liberalizadas de acordo com a política cambial. Entretanto os produtos tradicionais da pauta como o café, o cacau e outros, foram os mais penalizados pelas taxas de retenção ou quotas,

-----  
<sup>1/</sup> Superintendência da Moeda e do Crédito

por restrições quantitativas e por menores taxas de câmbio que vigorassem para outros produtos transacionados, ZOCKUM et alii (1976).

A política tributária não sofreu mudanças em sua estrutura durante o período em análise (1950/1964), apoiando-se basicamente no Imposto de Vendas e Consignações (IVC), que para as unidades estaduais, chegava a representar mais de 85% de suas receitas. Além de viga mestra do sistema tributário estadual, o IVC foi na realidade o maior tributo nacional. Sua importância deveu-se sobretudo à sua característica que permitia adicionais nas alíquotas mediante justificativas de cada Estado. Assim, era possível contínua modificações de taxas de incidência, com a finalidade de cobrir despesas públicas. Em sua maioria esses adicionais foram instituídos, para atender empreendimentos públicos ligados ao desenvolvimento FGV (1960).

"A carga tributária continuamente acrescida do Imposto de Vendas e Consignações, começou a representar para as empresas, um pesado ônus. Os seus processos de produção compostos comumente de integração de outros processos independentes e sujeitos também ao gravame fiscal, tendiam a forçar uma mudança estrutural dessas organizações, isto é, tenderam a uma estruturação vertical" FGV (1980). Na atividade comercial se observaram adoções de artifícios para evitar pelo menos uma das incidências do IVC no comércio de alguns produtos agrícolas como o cacau por exemplo, procurou-se solução atra-



vês da integração via cooperativas, que se beneficiavam de isenções. Tal estrutura tributária persistiu até 1965, quando se fez a reforma tributária a ser analisada no segundo período.

### 3.1.2. Desempenho da economia cacauêira

O período 1950 a 1964 caracterizou-se como o período de testes e ajustes para a política cambial, onde se procurou várias formas de instrumentos para controle de importações e exportações do produto brasileiro. A política comercial procurou preservar ou regular a produção com instrumentos de bonificações, taxas de retenções ou quotas quantitativas em relação aos principais produtos agrícolas de exportação.

A política tributária sem alteração até então, não prejudicava tanto ao setor produtor, limitando-se a onerar às empresas comerciais que procuravam fugir ao gravame adotando soluções de mudanças estruturais.

No caso da atividade cacauêira, todo este quadro de crises de produção até 1954, e de preços por volta de 1955 e 56, aliado às desfavoráveis medidas de políticas cambial e comercial mostra um desempenho traduzido claramente pelos resultados nas Tabelas 5, 6, 7 e 8, onde:

A produção no período de 15 anos, não se alterou, ou seja, não há evidências de mudanças no período, quer de crescimento quer de decréscimo, talvez pela variação evi-

Tabela 5. Evolução da produção brasileira de cacau no período de 1950/51 a 1964/65

Ano Agrícola a/	Produção (1.000 ton)	Variação anual (%)	Índice b/
1950/51	131	-	100,0
1951/52	100	-23,7	76,3
1952/53	92	- 8,0	70,2
1953/54	116	26,1	88,5
1954/55	167	44,0	127,5
1955/56	152	- 9,0	116,0
1956/57	162	6,6	123,7
1957/58	148	- 8,6	113,0
1958/59	185	25,0	141,2
1959/60	179	- 3,2	136,6
1960/61	129	-27,9	98,5
1961/62	149	15,5	113,7
1962/63	88	-40,9	67,2
1963/64	105	19,3	80,2
1964/65	118	12,4	90,1
Taxa anual decréscimo c/		0,03 d/	

a/ Ano agrícola agrícola brasileiro de 10/5 a 30/4 do ano seguinte.

b/ Base: 1950/51 = 100

c/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica

d/ Não significativa ao nível de 10%

FONTE: de 1950/51 a 1957/58 - COMCAUBA - Comissão de Comércio de Cacau da Bahia. de 1958/59 em diante, CEPLAC/SECRE/ASSECC.

denciada na Tabela 5, onde se vê que até 1953 a 1954 houve de crêscimo em relação ao ano de 1950/51, em virtude de condição de sêca nestes anos. De 1954/55 a 1959/60, apresenta uma recuperação e a partir daí, novamente volta a cair a produção total de cacau até 1964/65.

Apesar destas variações não existe uma tendência de crescimento ou decrêscimo da produção, como demonstra a taxa geométrica anual de crescimento que foi de 0,03%.

Quanto as exportações totais, destacam-se os anos de 1953/54 a 1961/62 como os de maior volume exportado, embora também não houvesse uma tendência de crescimento das mesmas no período de 1950/51 a 1964/65.

As exportações de amêndoas, embora apareçam com uma taxa geométrica anual de crescimento negativa de 2,17% não tiveram realmente queda de crescimento, uma vez que esta taxa não é estatisticamente diferente de zero, ao nível de 10% de probabilidade.

O melhor desempenho coube às exportações de de rivados, que apresentaram uma taxa geométrica anual de crescimento da ordem de 6,9%, basicamente em função dos aumentos do volume exportado a partir de 1954/55 (Tabela 6).

Quanto a tendência do valor das exportações quer no geral, quer de amêndoas e derivados, foi de estabilidade no período, apesar de a taxa geométrica anual de crescimento das exportações de amêndoas ser negativamente maior 4,00%,

Tabela 6. Evolução do volume da exportação brasileira de cacau, de cacau em amêndoas e de derivados ETA a/, no período de 1950/51 a 1964/65

Ano Agrícola	Total			Amêndoas			Derivados		
	Volume (1000 ton)	Varição anual (%)	Índice c/	Volume (1000 ton)	Varição anual (%)	Índice c/	Volume (1000 ton)	Varição anual (%)	Índice c/
1950/51	116	-	100,0	96	-	100,0	20	-	100,0
1951/52	70	-39,7	60,3	58	-39,6	60,4	12	-40,0	60,0
1952/53	140	100,0	120,7	109	87,9	113,5	31	158,3	155,0
1953/54	136	-2,9	117,2	121	11,0	126,0	15	-51,6	75,0
1954/55	142	4,4	122,4	122	0,8	127,1	20	33,3	100,0
1955/56	159	12,0	137,1	126	3,3	131,3	33	65,0	165,0
1956/57	152	-4,4	131,0	110	-12,7	114,6	42	27,3	210,0
1957/58	144	-5,3	124,1	104	-5,1	108,3	40	-4,5	200,0
1958/59	152	5,6	131,0	112	7,7	116,7	40	-	200,0
1959/60	139	-8,6	119,8	82	-26,8	85,4	56	40,0	280,0
1960/61	175	25,9	150,9	128	56,1	133,3	47	-16,1	235,0
1961/62	144	-17,7	124,1	101	-21,1	105,2	43	-3,5	215,0
1962/63	83	-42,4	71,6	43	54,4	44,8	40	-7,0	200,0
1963/64	107	28,9	92,2	69	60,5	71,9	39	-2,5	195,0
1964/65	112	9,7	96,6	83	20,3	86,5	28	-28,2	140,0
Taxa geométrica anual de crescimento d/		0,1 e/			-2,17 e/			6,86 f/	

a/ Em termos de amêndoas

b/ Ano agrícola brasileiro - 10/5 a 30/4 do ano seguinte.

c/ Base 1950/51 = 100

d/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica.

e/ Não significativa ao nível de 10% de probabilidade

f/ Significativa ao nível de 1% de probabilidade.

FONTE: De 1950/51 a 1957/58 - COMCAUBA - Comissão de Comércio de Cacau da Bahia. De 1958/59 em diante, CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSECC.

mas sem uma significância estatística que a diferenciasse de zero (Tabela 7).

Em relação ao comportamento dos preços, o preço pago do produtor foi praticamente, durante todo o período de 1950/51 a 1964/65, inferior ao verificado no ano base, tendo um crescimento negativo da ordem de 2,46% ao ano. Também os preços de exportação de amêndoas, com um desempenho melhor que os preços dos produtores, ficaram com uma taxa negativa de crescimento de 1,79% sendo que no período, apenas nos anos de 1951/52 e 1961/63 esteve a nível mais baixo do que verificado em 1950/51.

Os preços dos derivados exportados apresentaram no período, a maior taxa de crescimento negativa, tendo crescido a 6,62% ao ano, sendo que esta queda de preços se verificou a partir de 1959/60 (Tabela 8).

### 3.2. O cacau no processo de substituição de importações Período 1965/1969

#### 3.2.1. Políticas governamentais

Antes de analisar as diversas mudanças na política econômica que se verificaram no período, é necessário uma breve justificativa para a data limite de 1969/70. Autores como Homem de Melo, estendem o período de 1964 até 1973 em

Tabela 7. Evolução do valor real <sup>a/</sup> das exportações brasileiras de cacau, cacau em amêndoas e de derivados de cacau, no período de 1950/51 e 1964/65.

Ano Agrícola/b/	Total				Amêndoas				Derivados			
	Valor (Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice c/	Índice c/	Valor (Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice c/	Índice c/	Valor (Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice d/	Índice d/
1950/51	5.549	-	100,0	100,0	5.549	-	100,0	100,0	-	-	-	-
1951/52	3.017	-45,6	54,4	54,4	3.017	-45,6	54,4	54,4	-	-	-	-
1952/53	14.120	368,0	254,4	254,4	11.527	282,1	207,7	207,7	2.592	-	100,0	100,0
1953/54	23.080	63,5	415,9	415,9	20.972	81,9	377,9	377,9	2.108	-18,7	81,3	81,3
1954/55	18.068	-21,7	325,6	325,6	15.320	-27,0	276,1	276,1	2.748	30,4	106,0	106,0
1955/56	11.291	-37,5	203,5	203,5	9.281	-39,4	167,3	167,3	2.009	-26,9	77,5	77,5
1956/57	11.113	-1,6	200,3	200,3	8.353	-10,0	150,5	150,5	2.759	37,3	106,4	106,4
1957/58	21.701	95,3	391,1	391,1	16.507	97,6	297,5	297,5	5.193	88,2	200,3	200,3
1958/59	19.828	-8,6	357,3	357,3	15.207	-7,9	274,0	274,0	4.621	-11,0	178,3	178,3
1959/60	13.332	-32,8	240,3	240,3	8.312	-45,3	149,8	149,8	5.019	8,6	193,6	193,6
1960/61	14.066	5,5	253,5	253,5	10.522	26,6	189,6	189,6	3.544	-29,4	136,7	136,7
1961/62	9.079	-35,5	163,6	163,6	6.472	-38,5	116,6	116,6	2.608	-26,4	100,6	100,6
1962/63	4.323	-52,2	77,9	77,9	2.413	-62,7	43,5	43,5	1.911	26,7	73,7	73,7
1963/64	7.456	72,5	134,4	134,4	5.199	115,5	93,7	93,7	2.256	18,1	87,1	87,1
1964/65	6.389	-14,3	115,1	115,1	4.826	-7,2	87,0	87,0	1.562	-30,8	60,3	60,3
Taxa geométrica anual de crescimento e/	- 1,11	f/			- 4,00	f/			- 1,61	f/		

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro

b/ Ano agrícola brasileiro de 19/5 a 30/4 do ano seguinte.

c/ Base 1950/51 = 100

d/ Base 1952/53 = 100

e/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples, monologarítmica

f/ Não significativa ao nível de 10% de probabilidade.

FONTE: De 1950/51 a 1957/58 - COMCAUBA - Comissão de Comércio de Cacau da Bahia. De 1958/59 em diante, CACEX/CEPLAC/SECRE/ASSECC.

Tabela 8. Evolução dos preços médios reais a/ pagos aos produtores, às exportações de cacau em amêndoas, e às exportações de derivados de cacau ETA b/, no período de 1950/51 a 1964/65

Ano Agrícola/	Produtor			Exportações de amêndoas			Exportações de derivados		
	Preço (Cr\$ ton)	Varição anual (%)	Índice d/	Preço (Cr\$ ton)	Varição anual (%)	Índice d/	Preço (Cr\$ ton)	Varição anual (%)	Índice e/
1950/51	39.900	-	100,0	57.728	-	100,0	-	-	-
1951/52	33.682	-15,6	84,4	51.804	-10,3	89,7	-	-	-
1952/53	37.269	10,7	93,4	106.057	104,7	183,7	83.118	-	100,0
1953/54	69.473	86,4	174,1	173.366	63,5	300,3	136.231	63,9	163,9
1954/55	51.000	-26,6	127,8	125.654	-27,5	217,7	138.310	1,5	166,4
1955/56	29.739	-41,7	74,5	73.758	-41,3	127,8	61.489	-55,5	74,0
1956/57	31.667	6,5	79,4	76.162	3,3	131,9	65.240	6,1	78,5
1957/58	40.850	29,0	102,4	158.697	108,4	274,9	131.311	101,3	158,0
1958/59	39.357	-3,7	98,6	135.869	-14,4	235,4	116.155	-11,5	139,7
1959/60	23.750	-39,7	59,5	100.794	-25,8	174,6	89.262	-23,2	107,4
1960/61	36.973	55,7	92,7	82.440	-18,2	142,8	54.018	-39,5	65,0
1961/62	29.518	-20,2	74,0	64.335	-22,0	111,4	60.138	11,3	72,4
1962/63	32.409	9,8	81,2	55.602	-13,6	96,3	48.135	-20,0	57,9
1963/64	37.210	14,8	93,3	75.369	35,6	130,6	59.565	23,7	71,7
1964/65	29.573	-20,5	74,1	58.059	-23,0	100,6	54.996	-7,7	66,2
Taxa geométrica anual de crescimento f/	- 2,46 g/					1,79 h/			- 6,62 i/

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

b/ Em termos de amêndoas

c/ Ano agrícola brasileiro de 10/5 a 30/4 do ano seguinte.

d/ Base 1950/51 = 100

e/ Base 1952/53 = 100

f/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica

g/ Significativa ao nível de 10% de probabilidade

h/ Não significativa ao nível de 10% de probabilidade

i/ Significativa ao nível de 1% de probabilidade.

FONTE: CEPLAC/CEPEC/DISES. Informações agrícolas - vol. 2, nº 9, abril de 1980.

função do conjunto de medidas implementadas no plano de desenvolvimento, as quais possibilitaram um crescimento econômico, com ampliação do comércio exterior e diversificação na pauta de exportação.

"Neste período, verificou-se a implementação de uma nova política cambial, que, aliada a uma agressiva política comercial, favoreceu o crescimento global das exportações, só sendo alterado no fim do ano de 1973, em função da eclosão da crise do petróleo, que veio a desacelerar o nível de crescimento interno pelo drástico aumento de preços internacionais de produtos de peso nas nossas importações, e, ao mesmo tempo em que a economia mundial se ajustava aos preços mais elevados das matérias primas, provocou uma redução do nível de crescimento dos nossos produtos de exportação. Isto fez com que o Brasil ficasse com sérios problemas no balanço de pagamentos" HOMEM DE MELO e ZOCCUM (1977, p.21).

Embora o ano de 1973 tenha se constituído num momento chave nas mudanças das políticas adotadas pelo governo, o ano de 1969/70 foi definido como ano limite do segundo período analisado, porque em 1970/71 observou-se o início dos incentivos fiscais, comerciais e cambiais do programa, de promoção às exportações, isto é, após toda a implementação e mudanças nas políticas, cambial, comercial e tributária, que instituíram os créditos prêmios e outros subsídios a serem utilizados na exportação dos produtos manufaturados ou semiprocessados.



"A política cambial adotada a partir de 1964, se propôs a suprimir gradualmente todos os controles artificiais sobre o mercado de divisas, transferindo gradualmente todos os produtos de exportações para o regime de taxa livre de câmbio. Ainda assim o governo manteve a contribuição compulsória do café ('Quota de Contribuição'), a taxa de retenção do cacau e introduziu esse tipo de imposto para outros produtos não manufaturados de exportação como por exemplo, carne e couro", ZOCKUM et alii (1976). "Ainda nesta época, a taxa de câmbio nominal se mantinha artificialmente fixada por longos períodos de tempo, mesmo quando os preços internos se elevavam rapidamente em função da inflação interna". Como uma decisão de desvalorização cambial era uma atitude bastante delicada por afetar diferentemente grupos sociais e econômicos e implicava em reajustes difíceis para as várias camadas da coletividade, as decisões eram constantemente retardadas e, conseqüentemente, perdia-se o momento mais adequado para a implantação da medida, do ponto de vista da economia como um todo. Além disso, a intensidade ou magnitude da desvalorização era sempre maior que a necessária para ajustar o déficit em contas correntes do balanço de pagamento para evitar novas desvalorizações, caso o reajuste fosse suficiente para ajustar o balanço de pagamentos. Esta política porém, trazia vários efeitos negativos com aceleração, da inflação interna, durante e após a medida de desvalorização, especulações no mercado de divisas, liquidações de empréstimos externos (para evi-

tar o risco de câmbio) e desestímulo de realizações de contratos de longo prazo nas vendas ao exterior (devido a existência de taxa fixa de câmbio, versus inflação interna)", ZOCKUM et alii (1976, p.44). Daí, conclui-se que este sistema era inibidor das atividades exportadoras.

Em agosto de 1968, foi modificada a política cambial adotando-se um sistema de desvalorizações cambiais periódicas, que se tornou conhecido como o "Sistema de Minidesvalorização Cambial".

Tal reforma constitui-se num instrumento eficaz para a abertura da economia, uma vez que o sistema teve o efeito de reduzir ou mesmo eliminar os riscos envolvidos em contratos de exportações de longo prazo. Como a taxa cambial real é um dos elementos componentes do cálculo de retornos reais em cruzeiros das vendas realizadas no exterior, essa nova política possibilitou ao empresário ter uma avaliação mais realista de suas atividades.

O sistema de minidesvalorização tornou-se o instrumento mais conhecido e comentado em todo mundo, por se tratar de uma inovação. "Admite-se, usualmente, que o Brasil teria adotado, ao manipular a taxa de câmbio, a Teoria da Paridade Relativa ao Poder de Compra, o que implicaria em desvalorizar o câmbio segundo a diferença das taxas de crescimento entre os preços internos e externos". "Isto é, sendo a paridade do poder de compra a regra geral adotada para desvalorização, esta sempre se fazia em proporção inferior à infla-

ção doméstica, dado que a inflação no resto do mundo não é nula", FGV (1972, p.77); FGV (1975); FGV (1976) e ZOCKUM et alii (1976).

De 1968 em diante, a política cambial limitou-se no aprimoramento do sistema de minidesvalorização cambial.

A política comercial para exportações, tornou-se bastante agressiva, principalmente para produtos industriais, apoiada no novo sistema cambial e a reformulação da política tributária, o que veio caracterizar o período de mudança da própria filosofia do desenvolvimento brasileiro que até 1968 era de substituição de importações passa a ser de expansão ou promoção das exportações. "Tal comportamento porém, se verificou diferenciado no tratamento entre produtos manufaturados e produtos primários. Para os produtos manufaturados, adotou-se total favorecimento ao mercado livre de exportações, amparando-se tal medida com manipulações de taxa de câmbio, institucionalização de créditos fiscais, linhas especiais de financiamento, juros subsidiados, isenções tributária, e outras medidas", HOMEM DE MELO e ZOCKUM (1977, p.28).

Para os produtos agrícolas no entanto, a política comercial brasileira de exportações impôs uma série de restrições, como o estabelecimento de quotas físicas (quantitativas), quotas de contribuição, contingenciamentos de diversos tipos, licenciamentos, e mesmo proibição total de exportação para certos produtos e anos.

"Tal comportamento, era justificado por: bene-

ficiamento e proteção ao consumidor interno; o produto agrícola é do tipo exportável e finalmente, garantia o abastecimento de indústrias de transformação. Este tipo de restrição às exportações provocou o beneficiamento do consumidor interno e do setor industrial, em detrimento do produtor agrícola e principalmente o decréscimo do setor produtivo", HOMEM DE MELO (1981, p.123).

O cacau é o produto que por mais tempo vem permanecendo em regime de taxação nas exportações (desde 1961), sofrendo ainda dois tipos de controles principais nas exportações: primeiro é o da taxa de retenção cambial que foi basicamente 15% até 1972, e daí por diante, baixou para 10%. O segundo foi o sistema de quotas físicas para garantia de abastecimento às indústrias processadoras de cacau (anteriormente, a CACEX reservada 50% para exportações de cacau em amêndoas e os 50% restante para transformação industrial). Além desses, o cacau, ainda está sujeito ao prévio exame pela CACEX; COMCAUBA (Comissão de Comércio de Cacau da Bahia) e ICB (Instituto de Cacau da Bahia) para aprovação de preços, regulamentos governamentais e controle de padronização (exame de qualidade).

No processo de mudança econômica para o desenvolvimento brasileiro, a primeira medida de política econômica em favor do sistema de "expansão de exportação", foi a Reforma Tributária de 1965". Tal reforma, veio alterar o antigo sistema de tributos de opressão e descapitalização dos se-

tores produtivos, cujo principal tributo era o IVC (Imposto de Vendas e Consignações) com base de cálculo incidindo sobre o valor de venda. Por isto, dizia-se que era um imposto de cascata". "Este imposto, tinha alíquotas constantes para todos os produtos, mas diferenciadas entre as unidades da federação. A evolução de tal imposto chegou até o final de 1966, com uma alíquota de 6,60% que incidindo sobre o produtor, o atacadista e finalmente o varejista (isto sem admitir a presença de intermediários e atravessadores) equivaleria a um imposto final de 19,8%. Isto devido ao fato de que a base de cálculo do imposto era o valor de venda em cada operação. Este imposto foi substituído pelo Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) com alíquotas constantes para produtos e Estados (com algumas exceções de pequena monta), mas cuja base de tributação passou a ser o valor de transformação (valor adicionado em cada estágio do processo). Isto é, a alíquota incide sobre o valor da venda na última operação comercial", SANTOS (1976, p.12) (Tabela 9).

"Outro imposto antigo e de menor expressão foi o Imposto de Consumo (ICO), de âmbito federal, e com alíquotas diferenciadas entre os produtos, o qual foi substituído pelo Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) também com alíquotas diferenciadas por produtos, e como o ICM, mantendo como base de cálculo da tributação, a diferença entre as vendas e as aquisições dos insumos intermediários", PASTORE et alii (1978, p.19).

Tabela 9. Evolução das alíquotas do Imposto de Vendas e Consignações, no período de 1935 a 1967

Ano	Alíquota a/ %	Artigo nº	Lei/dec. Lei nº	Data do Decreto	Data do Diário Oficial	Data de vigor	Observações
1935	1,00	3º	2.485	16.12.35	17.12.35	01.01.36	
1937	1,25	27º	8.891	31.12.37	31.12.37	01.01.38	
1943	1,40	1º	13.294	31.03.43	01.04.43	01.04.43	
1944	1,41	-	-	-	-	-	
1945	1,43	-	-	-	-	-	
1946	1,58	-	-	-	-	-	
1947	1,85	1º	16.765	22.01.47	-	01.01.47	c/efeito retro-
1948	2,07	1º	13	22.11.47	23.11.47	01.01.48	ativo
1949	2,50	1º	185	13.11.48	14.11.48	01.01.49	
1950	2,75	-	-	-	-	-	
1951	3,00	1º	851	20.11.50	21.11.50	01.01.51	
1952	3,00	-	-	-	-	-	
1953	3,00	-	-	-	-	-	
1954	3,30	1º	2.412	15.12.53	16.12.53	01.01.54	
1955	3,30	-	-	-	-	-	
1956	3,4125	3º	3.329	30.12.55	-	01.01.56	
1957	3,4125	-	-	-	-	-	
1958	3,4125	-	-	-	-	-	
1959	4,80	15º	5.021	18.12.58	19.12.58	01.01.59	
1960	4,80	-	-	-	-	-	
1961	4,80	-	-	-	-	-	
1962	4,80	-	-	-	-	-	
1963	4,80	-	-	-	-	-	
1964	6,00	2º	8.049	30.12.63	-	01.01.64	
1965	6,00	-	-	-	-	-	
1966	6,60	6º	9.210	30.12.65	-	01.01.66	
1967	15,00	-	9.590	30.12.66	-	-	
Regulamentação p/Dec. Lei			47.763	17.01.67	-	-	Ref. Tributária Começo do ICM

a/ As alíquotas são médias para todo o país.

FONTE: Fundação Getúlio Vargas (1959).

O ICM iniciou em 1967, com uma alíquota de 15% (Tabela 9), o que trouxe uma melhoria visível para o consumidor. Este assunto será analisado no item relativo ao terceiro período.

Ainda no período 1960/66, processaram-se várias modificações da política tributária em favor do produto manufaturado, sendo as principais:

- a - "logo no início de 1961, houve a possibilidade efetiva do "Draw-back", cuja regulamentação em junho de 1964 introduziu duas novas modalidades (franquia e restituição do Imposto), tornando-se muito mais operacional. Além disto, todas as importações efetuadas sob esse regime, ficaram automaticamente isentas dos demais impostos ou taxas", SANTOS (1976, p.79);
- b - "Pela Lei nº 4678 e Decreto nº 57.280 em 1965 foi instituído o seguro de crédito à exportação, cuja finalidade é de garantir ao exportador, indenização por perdas líquidas decorrentes do não recebimento dos créditos concebidos à compradores no exterior (exemplo - insolvências do importador, impossibilidade de efetivar a exportação por força governamental, após os contratos firmados, etc..)", ZOCKUM et alii (1976, p.30); e
- c - "Isentou em 1966 a exportação, dos impostos do selo, de consumo, e do imposto de renda atribuível a exportação (que nesta época foi em caráter temporário, e que por prorrogações sucessivas tem se mantido até hoje) do próprio imposto de exportação, bem como o imposto

sobre operações financeiras", ZOCKUM et alii (1976, p. 31); e, também extinguiu-se sobre as exportações outras taxas como as de melhoramento dos portos, de navegação da marinha mercante, e todos os demais impostos, taxas, quotas ou emolumentos, que não correspondessem a efetiva contraprestação de serviços (Lei nº 5.025 de 10/06/66; Lei 5.143 de 20/10/66; Decreto nº 59.607 de 28/11/66; e Decreto-Lei nº 27 de 14/11/66)", ZOCKUM et alii (1976, p.31). Além disto, "a legislação garantia a restituição do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e sobre energia elétrica que fosse possível identificar como integrando o custo da mercadoria, ou se o imposto recolhido correspondesse a um total superior a 2% do valor FOB do produto exportado, desde que a empresa fosse indicada pela CACEX", ZOCKUM et alii (1976, p.31).

Em 1967, promoveu-se a isenção imposto de vendas e consignações de competência estadual que ficava ao critério de cada Estado, e pelo Ato Complementar nº 35 de 28/02/67, altera a Lei nº 5.172 de 25/10/66 e a Legislação posterior sobre o sistema tributário nacional que nos termos do Art. 24 da Constituição de 24/01/67, "o ICM não mais incide sobre os produtos industrializados, quando destinados ao exterior", ZOCKUM et alii (1976, p.31).

Para 1968 e 1969, as principais medidas foram tomadas através do Decreto Lei nº 406 de 31/12/68, onde "o im



posto sobre circulação de mercadorias não incide sobre saída de produtos industrializados destinados ao exterior", CASTRO (1981, p.63).

Em 14/11/68, a Resolução nº 42 do CONCEX estabeleceu normas de classificação do cacau exportável. Em 05/03/69, pelo Decreto Lei nº 491, foram definitivamente instituídos os estímulos fiscais a exportações de manufaturados, onde "as empresas fabricantes e exportadores de produtos manufaturados gozarão, a título de estímulo fiscal, crédito tributário sobre suas vendas para o exterior, com ressarcimento de tributos pagos internamente", Decreto Lei nº 491 de 5 de março de 1969.

O Decreto Lei nº 64833 de 17/07/69, regulamenta os estímulos fiscais previstos no Decreto Lei nº 491 de 05/03/69 dizendo que "as empresas fabricantes de produtos manufaturados poderão se creditar em sua escrita fiscal, como ressarcimento de tributos, da importância correspondente ao imposto sobre produtos industrializados, calculado como se devido fosse sobre o valor FOB, em moeda nacional, de suas vendas para o exterior, mediante a aplicação das alíquotas especificadas na Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), anexa do Decreto nº 73.340 de 19 de dezembro de 1973 ou de outras indicadas no presente decreto", Decreto nº 64.833 de 17 de julho de 1969.

A evolução das alíquotas de IPI que se afiguram como crédito prêmio à exportação dos manufaturados, estão

na Tabela 19 onde se pode ver alíquotas diferenciadas apenas para o chocolate liquor, enquanto que são iguais para manteiga, torta e pã.

Em suma, no período de 1965/1969, as políticas adotadas demonstraram maior preocupação com o fortalecimento do setor industrial, através do instrumento do sistema de minidesvalorização cambial, que basicamente favorecia às programações das empresas no comércio exterior, dos incentivos de isenções, extinções e créditos fiscais às exportações e garantia da matéria-prima (cacau "in natura"), via uma política comercial, que continuava com uma série de restrições do setor da produção, através dos estabelecimentos de quotas físicas ou quantitativas, licenciamentos, controles de qualidade, e, taxas de retenção cambial, repassada via preço.

### 3.2.2. Desempenho da economia cacaeira

O início das mudanças para promoção às exportações que caracterizou o período de 1965 a 1970, teve efeitos naturais sobre a economia cacaeira.

Em primeiro lugar, através da reforma tributária ocorrida, que veio ordenar e reorganizar as empresas envolvidas no processo, com relação aos seus encargos fiscais.

Depois, pela criação do Centro de Pesquisas do Cacau da CEPLAC, para coordenar e disciplinar a pesquisa visando o desenvolvimento do setor produtivo, embora con-

tinuasse uma série de restrições às exportações do produto.

Neste período, os resultados demonstram que em termos de volume, não houve nenhum crescimento significativo, quer para a produção, quer para exportações em geral, do cacau em amêndoas, ou de derivados de cacau.

A produção apresentou uma taxa geométrica anual de crescimento da ordem de 0,59%. As exportações apresentaram uma taxa negativa de 0,44% sendo que as exportações de amêndoas, cresceram a uma taxa de 1,13% e os derivados apresentaram a maior taxa negativa da ordem de 4,93% ao ano. Porém, esta taxa apesar de maior, não foi estatisticamente diferente de zero, o que pode-se atribuir a uma maior variância dos dados, e não a uma tendência real (Tabelas 10 e 11).

Em termos de valor, as exportações cresceram de modo expressivo, tendo no geral, um crescimento anual de 22,34%, o valor das exportações de amêndoas cresceram em termos de 23,95% ao ano, e o dos derivados, em 17,32% ao ano. Neste período, principalmente a partir de 1966, os preços mostram uma elevada ascendência, o que determinou uma taxa de crescimento de 10,21% ao ano para o preço pago ao produtor 22,49 para o preço de exportação do cacau em amêndoas e de 23,46% no preço dos derivados de cacau (Tabelas 12 e 13).

Tabela 10. Evolução da produção brasileira de cacau no período de 1965/66 a 1969/70

Ano Agrícola <u>a/</u>	Produção (1000 ton)	Variação anual (%)	Índice <u>b/</u>
1964/65	118	-	100,0
1965/66	162	37,3	137,3
1966/67	169	4,3	143,2
1967/68	168	-0,6	142,4
1968/69	113	-32,7	95,8
1969/70	204	80,5	172,9

Taxa geométrica anual de crescimento c/ 0,59 d/

a/ Ano agrícola brasileiro - de 10/5 a 30/4 do ano seguinte.

b/ Base: 1964/65 = 100.

c/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica

d/ Não significativa ao nível de 10% de probabilidade

FONTE: CEPLAC/SECRE/ASSEC.

Tabela 11: Evolução do volume da exportação brasileira de cacau, de cacau em amêndoas e de derivados ETA a/, no período de 1965/66 a 1969/70

Ano Agrícola b/	Total			Amêndoas			Derivados		
	Volume (1000t)	Varição anual (%)	Índice c/	Volume (1000t)	Varição anual (%)	Índice c/	Volume (1000t)	Varição anual (%)	Índice c/
1964/65	112	-	100,0	83	-	100,0	28	-	100,0
1965/66	157	40,2	140,2	103	24,1	124,1	54	92,9	192,9
1966/67	167	6,4	149,1	112	8,7	134,9	55	1,9	196,4
1967/68	154	-7,8	137,5	97	-13,4	116,9	56	1,8	200,0
1968/69	108	-29,9	96,7	65	-33,0	78,3	43	-23,2	153,6
1969/70	191	76,9	171,0	143	120,0	172,3	48	11,6	171,4
Taxa geométrica anual de crescimento d/		-0,44 e/			1,13 e/			-4,93 e/	

a/ Em termos de amêndoas

b/ Ano agrícola brasileiro de 10/5 a 30/4 do ano seguinte.

c/ Base 1964/65 = 100

d/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica

e/ Não significativa ao nível de 10% de probabilidade.

FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC.

Tabela 12. Evolução do valor real a/ das exportações brasileiras de cacau, de cacau em amêndoas e de derivados de cacau, no período de 1965/66 a 1969/70.

Ano Agrícola <u>b/</u>	Total			Amêndoas			Derivados		
	Valor (Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice c/	Valor (Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice c/	Valor (Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice c/
1964/65	6.389	-	100,0	4.826	-	100,0	1.562	-	100,0
1965/66	5.802	-9,2	90,8	3.924	-18,7	81,3	1.878	20,2	120,2
1966/67	8.450	45,6	132,3	5.904	50,5	122,3	2.546	35,6	163,0
1967/68	9.202	8,9	144,0	5.968	1,1	123,7	3.233	27,0	207,0
1968/69	7.536	-18,1	118,0	4.673	-21,7	96,8	2.863	-11,4	183,3
1969/70	16.838	123,4	263,6	12.902	176,1	267,3	3.936	37,5	252,0

Taxa geométrica anual de crescimento d/ 22,34 e/

23,95 f/

17,32 e/

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

b/ Ano agrícola brasileiro de 10/5 a 30/4 do ano seguinte.

c/ Base 1964/65 = 100.

d/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples, monologarítmica.

e/ Significativa ao nível de 5% de probabilidade.

f/ Significativa ao nível de 10% de probabilidade

FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC.

Tabela 13. Evolução dos preços médios reais a/ pagos aos produtores, às exportações de cacau em amêndoas e às exportações de derivados de cacau, ETA b/, no período de 1965/66 a 1969/70

Ano Agrícola c/	Produtor			Exportações de amêndoas			Exportações de derivados		
	Preço (Cr\$/ ton)	Varição anual (%)	Índice d/	Preço (Cr\$/ ton)	Varição anual (%)	Índice d/	Preço (Cr\$/ ton)	Varição anual (%)	Índice d/
1964/65	29.573	-	100,0	58.059	-	100,0	54.996	-	100,0
1965/66	34.659	17,2	117,2	38.123	-34,3	65,7	34.625	-37,0	63,0
1966/67	32.238	-7,0	109,0	52.841	38,6	91,0	46.106	33,2	83,8
1967/68	41.933	30,1	141,8	61.266	15,9	105,5	57.643	25,0	104,8
1968/69	61.374	46,4	207,5	71.658	17,0	123,4	67.149	16,5	122,1
1969/70	40.856	-33,4	138,2	90.271	26,0	155,5	82.285	22,5	149,6

Taxa geométrica anual de crescimento e/ 10,21 f/

22,49 g/

23,46 g/

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro

b/ Em termos de amêndoas

c/ Ano agrícola brasileiro; de 10/5 a 30/4 do ano seguinte.

d/ Base 1864/65 = 100.

e/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologaritmica

f/ Não significativa ao nível de 10% de probabilidade.

g/ Significativa ao nível de 1% de probabilidade.

FONTE: CEPLAC/SECRE, 1981. PROCACAU-Avaliação dos primeiros 5 anos, 1976-1980. Versão Preliminar, 1981. CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC.

### 3.3. O cacau no processo de promoção às exportações Período 1970 a 1980

#### 3.3.1. Políticas governamentais

Este período caracterizou-se pela sedimentação e implementação do I Programa Nacional de Desenvolvimento, com base na promoção às exportações de manufaturados. Até 1973, o Brasil encontrou condições favoráveis no comércio internacional, com crescimento nas relações de troca e índices de preços de exportações e um crescimento menor dos índices de preços das importações. A partir de outubro de 1973, as condições mudaram em função da crise energética mundial, decorrente do petróleo. A recessão mundial, ao lado da desaceleração do crescimento interno de renda em 1974/75, induziu, ao cancelamento das medidas adotadas anteriormente.

"A política cambial brasileira tem seguido em linhas gerais, a teoria da paridade do poder de compra. A idéia geral é do postulado clássico na homogeneidade: uma mudança escalar em todos os preços nominais não provoca, em última instância, nenhuma alteração nas variáveis reais (preços relativos, quantidades produzidas e consumidas) do sistema econômico: Isto é, se todos os preços em cruzeiros, inclusive o da moeda estrangeira, subirem à mesma taxa, não se deve esperar, em última instância, nenhuma alteração nas variáveis reais do sistema econômico", FGV (1975, p.58 e 59).



"O critério de desvalorização cambial que logra obter esta neutralidade, é dado por uma taxa de desvalorização cambial igual à diferença entre as taxas de inflação doméstica e externa (até 1970, a relação da moeda brasileira era com o dólar americano). A partir de 1971, em virtude de fortes alterações verificadas nas paridades de diversas moedas, a taxa de câmbio nominal é uma média ponderada do valor das moedas de oito países de maior importância comercial com Brasil. Devido à regra adotada na desvalorização cambial, e ao fato de a inflação externa ser positiva (e até crescente) a taxa de câmbio real sofreu persistente queda no período, e assim tal situação aliada ao fato da ascensão dos preços internacionais, impediram que houvesse grandes reduções nos preços reais em cruzeiros, principalmente das exportações", FVG (1976,p.81).

Deve-se dizer que no período, 1970 a 1980 a política de minidesvalorização foi aprimorada, quer pela teoria da paridade do poder de compra, quer pelos espaços de tempo para tal prática. "Isto tem como principais finalidades;

- a - A redução do risco de câmbio e ganho nas relações de trocas;
- b - Evitar efeitos nocivos da inflação sobre o balanço de pagamentos; e
- c - Evitar que um desequilíbrio na balança comercial, se propague em pressões inflacionárias no caso de ganho, ou em pressões deflacionárias sobre o nível de produto e emprego, no caso de deterioração das relações de trocas do país", FGV (1975, p.58).

Quanto à política comercial, foi calcada por estímulos ou prêmios às exportações, com base em alíquotas de IPI e ICM, estruturadas e amparadas pela política tributária. Em razão disto, passa-se a apresentar as principais medidas desta política.

Em continuidade ao novo sistema de incentivos às exportações, com prioridade aos manufaturados, deve-se ter em conta que o início foi com as diversas isenções concedidas no 2º período desta análise, ou seja, no período de 1964 a 1970, quando o governo regulamentou as operações de "draw-back" em 1964, isentou também neste ano o imposto de selo na exportação e na mesma data, a isenção do imposto de consumo; em 1965, pela Lei 4.663 de 03/05/65, estipulou a isenção do imposto de renda, correspondente à parcela da produção exportada. Em 1968, isentou do pagamento do ICM os produtos destinados à exportação, além dos financiamentos à produção destinados ao exterior, por entidades de créditos oficiais, com taxas de juros subsidiados e longos prazos.

As alíquotas do ICM determinadas por regiões geográficas no país e segundo seu destino se exportação ou consumo, estão na Tabela 14.

Apesar destas medidas constituírem-se instrumentos de maior abertura para a exportação, o Brasil foi mais além, criando créditos fiscais que de início foi o do IPI (Substituto do Imposto de Consumo) pela Lei nº 491, de 05/03/69, e regulamentado posteriormente pelo Decreto Lei nº 64.833, de

Tabela 14. Evolução das alíquotas do ICM, Brasil, período de 1967 a 1982

Exercício	Norte/Nordeste a/				Centro-Sul			
	Interna %	Interestadual %	Exportação %	Interna %	Interestadual %	Exportação %	Interna %	Exportação %
1967 b/	15,0 c/	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0	15,0
1968	18,0 d/	15,0	15,0	15,0 e/	15,0	15,0	16,0 f/	15,0
1969 h/	-	15,0	15,0	17,0 g/	15,0	15,0	17,0	15,0
1970 h/	18,0	15,0	15,0	17,0	15,0	15,0	17,0	15,0
1971 i/	17,5	14,5	14,5	16,5	14,5	14,5	16,5	14,5
1972 i/	17,0	14,0	14,0	16,0	14,0	14,0	16,0	14,0
1973 i/	16,5	13,5	13,5	13,5	13,5	13,5	13,5	13,5
1974 j/	16,0	13,0	13,0	15,0	13,0	13,0	15,0	13,0
1975 k/	15,5	12,0	13,0	14,5	12,0	13,0	14,5	13,0
1976	15,0	11,0	13,0	14,0	11,0	13,0	14,0	13,0

Exercício	Região/Nordeste/Centro-Oeste				Sudeste/sul			
	Interna %	Interestadual %	Exportação %	Interna %	Interestadual %	Exportação %	Interna %	Exportação %
1977 k/	15,0	15,0 l/	13,0	14,0	14,0 m/	13,0	14,0	13,0
1978 k/	15,0	15,0 T/	13,0	14,0	14,0 m/	13,0	14,0	13,0
1979 k/	15,0	15,0 T/	13,0	14,0	14,0 m/	13,0	14,0	13,0
1980 n/	16,0	16,0 o/	13,0	15,0	15,0 p/	13,0	15,0	13,0
		11,0 q/			11,0 q/			
1981	16,0 n/	11,0 q/	13,0 n/	15,5	10,0 r/	13,0	11,0 q/	13,0
1982	16,0 n/	11,0 q/	13,0 n/	16,0 n/	9,5 s/	13,0	11,0 q/	13,0
					11,0 t/			

Legendas (Vide verso)

17/03/69. Este mecanismo, permitiu um prêmio líquido a atividade exportadora, uma vez que manteve-se o crédito de imposto sobre insumos. O novo instrumento, estabelecia que as "empresas exportadoras de produtos manufaturados poderiam creditar-se em sua escrita fiscal, da importância correspondente ao Imposto sobre a Produção Industrial (IPI) calculado como se devido fosse o valor FOB de suas exportações, respeitada a alíquota máxima, em 1970, 15%", Decreto Lei nº 491 de 5 de março de 1969. Facultou-se aos estados, conceder o mesmo tipo de prêmio na forma de crédito de ICM que seriam utilizados no abatimento do mesmo imposto incidente sobre as vendas no mercado interno. "As diferenças entre o crédito de ICM e IPI, são pequenas, como: a base de cálculo para o ICM, era o valor líquido exportado, ou seja o valor FOB de exportação, deduzida a parcela de insumos importados sob o regime de "draw-back". Esta correção foi feita para o IPI somente em 1972 que tinha como base de cálculo o valor FOB bruto de exportação", PASTORE (1978, p.25).

Também, pelo Convênio 1/70 de 15/01/71, os Governos Estaduais, em alguns estados não adotaram uma taxa uniforme entre os produtos, diferenciando-os por grau de sofisticação dos setores de bens manufaturados. Obviamente, as menores alíquotas incidiam sobre os produtos agrícolas processados. Os produtos agrícolas "in natura" não receberam nenhum incentivo, pelo contrário, continuaram sendo taxados pelo ICM.

Além do mais, o setor industrial não só se beneficiou com os créditos prêmios de IPI e ICM, mas, também com as sucessivas prorrogações e isenções de Imposto de Renda; transplante de indústrias que por este instrumento (Decreto Lei nº 1.236 de 29/08/72) poder-se-ia fazer importação de conjunto industrial completo, que estivesse em funcionamento no país de origem, com isenções de impostos, desde que sua produção de pois de instalado no Brasil, se destinasse essencialmente ao mercado externo; e em dezembro de 1975, novamente mais um incentivo pela ampliação de linha de crédito especial para exportações, beneficiando as empresas que apresentassem incremento em suas vendas ao exterior, através da Resolução nº 353 do Banco Central, pregava "a concessão de crédito a juros subsidiados em montante equivalente ao acréscimo anual previsto de exportação, e pelo prazo de 360 dias, PASTORE et alii (1978, p.61). Essa política somente apresentou mudanças em dezembro de 1979, quando o governo procurou retirar ou extinguir de maneira gradativa os créditos e prêmios de ICM e IPI e então, a 07/12/79, suspendeu totalmente, para ser reimplantado novamente em 01/04/81, PASTORE et alii (1978).

No que se refere ao cacau, no período de 1970 a 1980 notou-se o fortalecimento e a consolidação das indústrias pelos instrumentos criados pelo governo, com o pacote de incentivos fiscal, monetário e cambial, através das isenções e créditos prêmios.

Sendo os principais, o Imposto sobre Produtos

Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto de Renda (IR), além do "draw-black".

Pelo lado monetário, tem-se o crédito a juros subsidiados e as facilidades da CACEX, com os adiantamentos sobre contratos de câmbio. E, pelo lado cambial, o sistema da política de minidesvalorização cambial. Este conjunto de medidas, não foi aplicado em relação à produção agrícola, cujo crescimento deveu-se a uma orientação da CEPLAC no sentido de elevação da produtividade, e a recuperação de cacauais decadentes através da renovação dos cacauzeiros decadentes e implantação de novas áreas, em função dos preços favoráveis e no período.

Finalmente, o setor das exportações do cacau "in natura", teve neste período a diminuição de número de empresas no mercado.

### 3.3.2. Desempenho da economia cacauzeira

No período de 1970/1980, os efeitos das políticas adotadas refletiram sobre os resultados globais alcançados na atividade do cacau, sobretudo pelo amadurecimento da política cambial com o sistema de minidesvalorização cambial que fortaleceu o setor exportador pela política comercial que

favorecia sobremaneira a ampliação de produtos de exportações e pela política tributária que concedeu estímulos de toda ordem, como isenções, prêmios ou incentivos que fortaleceram a economia e financeiramente de modo particular, a indústria de derivados.

A produção em termos físicos, começou a crescer a partir de 1974/75, em função da reação dos preços desde 1972/73 como também pela campanha realizada pela CEPLAC, no sentido de aumentar a produtividade da lavoura, por volta de 1972/73.

Neste ponto é necessário esclarecer que o crescimento da economia cacaueteira não se deveu ao PROCACAU que objetivava aumentar a produção brasileira do cacau através de renovação dos cacauais decadentes, e da expansão de novas áreas iniciadas em 1976.

Pode-se supor que as políticas de desenvolvimento, que favoreceram o crescimento da economia brasileira no período, propiciassem um crescimento das exportações brasileira de cacau, como se observa nas Tabelas 15 e 16.

A produção brasileira de cacau, como também o volume total exportado, cresceram a uma taxa anual de 6,85% e 5,98% respectivamente. As exportações de amêndoas por sua vez apresentaram um desempenho com menos expressão, com taxa de crescimento anual de 3,28%. Por outro lado os derivados obtiveram o melhor desempenho com um crescimento anual de 10,18%.

Tabela 15. Evolução da produção brasileira de cacau, no período de 1970/71 a 1979/80

Ano Agrícola <u>a/</u>	Produção (1000 ton)	Variação anual (%)	Índice <u>b/</u>
1969/70	204	-	100,0
1970/71	166	-18,6	81,4
1971/72	217	30,7	106,4
1972/73	182	-16,1	89,2
1973/74	192	5,5	94,1
1974/75	206	7,3	101,0
1975/76	283	37,4	138,7
1976/77	232	-18,0	113,7
1977/78	259	11,6	127,0
1978/79	286	10,4	140,2
1979/80	336	17,5	164,7

Taxa geométrica anual de crescimento c/ 0,65 d/

a/ Ano agrícola brasileiro - de 19/5 a 30/4 do ano seguinte

b/ Base: 1969/70 = 100

c/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica

d/ Significativa ao nível de 1% de probabilidade

FONTE: CEPLAC/SECRE/ASSECC.



Tabela 16. Evolução do volume da exportação brasileira de cacau em amêndoas, e de derivados ETA a/, no período de 1970/71 a 1979/80

Ano Agrícola <sup>b/</sup>	Total			Amêndoas			Derivados		
	Volume (1000t)	Varição anual (%)	Índice c/	Volume (1000t)	Varição anual (%)	Índice c/	Volume (1000t)	Varição anual (%)	Índice c/
1969/70	191	-	100,0	143	-	100,0	48	-	100,0
1970/71	161	-15,7	84,3	110	-23,1	76,9	50	4,2	104,2
1971/72	193	19,9	101,1	131	19,1	91,6	63	26,0	131,3
1972/73	167	-13,5	87,4	91	-30,5	63,6	76	20,8	158,3
1973/74	178	6,6	93,2	98	7,7	68,5	80	5,3	166,7
1974/75	191	7,3	100,0	116	18,4	81,1	75	-6,3	156,3
1975/76	260	36,1	136,1	180	55,2	125,9	80	6,7	166,7
1976/77	201	-22,7	105,2	114	-36,7	79,7	87	8,8	181,3
1977/78	224	11,4	117,3	118	3,5	82,5	106	21,8	220,8
1978/79	251	12,1	131,4	132	11,9	92,3	119	12,3	247,9
1979/80	298	18,7	156,0	155	17,4	108,4	143	20,2	297,9
Taxa geométrica anual de crescimento <u>d/</u>		5,98 <u>e/</u>			3,28 <u>f/</u>			10,18 <u>e/</u>	

a/ Em termos de amêndoas

b/ Ano agrícola brasileiro de 19/5 a 30/4 do ano seguinte

c/ Ano base 1969/70 = 100

d/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica

e/ Significativa ao nível de 1% de probabilidade

f/ Significativa ao nível de 10% de probabilidade

FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC.

Analisando-se os valores das exportações, tem-se que também houve crescimento no período. O valor total cresce a partir do ano de 1974, cai no ano seguinte e, a partir de 1977, retoma o crescimento. Este fato, é surpreendente uma vez que o mercado internacional não era favorável em virtude da crise mundial provocada pelo petróleo.

Tal fato, obviamente tenderia a refletir-se também nos preços ao produtor e de exportação de amêndoas e derivados.

Conforme as Tabelas 17 e 18, vê-se que apesar da crise e recessão mundial, o valor total das exportações de cacau cresceu no período de 1970/1980 a uma taxa geométrica anual de 21,64%, e o valor das exportações, de cacau em amêndoas cresceu, em média, 18,65%. O valor das exportações dos derivados do cacau cresceu a 26,45%, o que de um modo simplista, pode refletir o esforço do parque industrial de cacau, mediante resposta aos estímulos da política governamental.

Os preços, a exemplo do valor, apresentaram um crescimento expressivo, sendo que o preço pago ao produtor cresceu a uma taxa de 15,39% no período de 1970 a 1980. Os preços de exportações do cacau em amêndoas cresceram, em média, 14,88% ao ano, e os preços das exportações de derivados cresceram a uma taxa média anual da ordem de 13,70%.

Tabela 17. Evolução do valor real a/ das exportações brasileiras de cacau, de cacau em amêndoas, e de derivados de cacau no período de 1970/71 a 1978/80

Ano Agrícola <sup>b/</sup>	Total				Amêndoas				Derivados			
	(Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice c/	(Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice c/	(Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice c/	(Cr\$ milhões)	Varição anual (%)	Índice c/
1969/70	16.838	-	100,0	12.902	-	100,0	3.936	-	100,0	3.936	-	100,0
1970/71	9.795	-41,8	58,2	6.867	-46,8	53,2	2.928	-25,6	74,4	2.928	-25,6	74,4
1971/72	9.225	-5,8	54,8	6.105	-11,1	47,3	3.120	6,6	79,3	3.120	6,6	79,3
1972/73	9.513	3,1	56,5	5.237	-14,2	40,6	4.276	37,0	108,6	4.276	37,0	108,6
1973/74	15.784	65,9	93,7	9.265	76,9	71,8	6.519	52,5	165,6	6.519	52,5	165,6
1974/75	22.048	39,7	130,9	13.632	47,1	105,7	8.416	29,1	213,8	8.416	29,1	213,8
1975/76	19.855	-9,9	117,9	12.982	-4,8	100,6	6.873	-18,3	174,6	6.873	-18,3	174,6
1976/77	24.348	22,6	144,6	13.231	1,9	102,6	11.117	61,8	282,5	11.117	61,8	282,5
1977/78	45.962	88,8	273,0	25.404	92,0	196,9	20.558	84,9	522,3	20.558	84,9	522,3
1978/79	46.934	2,1	278,7	24.599	-3,2	190,7	22.335	8,6	567,5	22.335	8,6	567,5
1979/80	36.597	22,0	217,4	19.844	-19,3	153,8	16.753	-25,0	425,6	16.753	-25,0	425,6
Taxa geométrica anual de crescimento <u>d/</u>		21,64 <u>e/</u>			18,65 <u>e/</u>						26,45 <u>e/</u>	

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

b/ Ano agrícola brasileiro de 19/5 a 30/4 do ano seguinte

c/ Base 1969/70 = 100

d/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologaritmica.

e/ Significativa ao nível de 1% de probabilidade.

FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC.

Tabela 18. Evolução dos preços médios reais a/ pagos aos produtores, às exportações de cacau em amêndoas e às exportações de derivados de cacau ETA b/, no período de 1970/71 a 1979/80

Ano Agrícola c/	Produtor			Exportações de amêndoas			Exportações de derivados		
	Preço (Cr\$/ ton)	Varição anual (%)	Índice d/	Preço (Cr\$/ ton)	Varição anual (%)	Índice d/	Preço (Cr\$/ ton)	Varição anual (%)	Índice d/
1969/70	40,856	-	100,0	90,272	-	100,0	82,285	-	100,0
1970/71	29,002	-29,0	71,0	62,180	-31,1	68,9	58,465	-28,9	71,1
1971/72	37,013	27,6	90,6	46,720	-24,9	51,8	49,887	-14,7	60,6
1972/73	71,237	92,5	174,4	57,612	23,3	63,8	77,358	55,1	94,0
1973/74	86,277	21,1	211,2	94,633	64,3	104,8	81,687	5,6	99,3
1974/75	69,000	-20,0	168,9	117,890	24,5	130,6	111,524	36,5	135,5
1975/76	95,266	38,1	233,2	72,018	-38,9	79,8	85,938	-22,9	104,4
1976/77	185,290	94,5	453,5	116,261	61,4	128,8	127,416	48,3	154,8
1977/78	133,831	-27,7	327,6	215,017	84,9	238,2	194,641	52,8	236,5
1978/79	116,553	-12,9	285,3	186,054	-13,5	206,1	187,333	-3,8	227,7
1979/80	86,305	-26,0	211,2	122,073	-31,2	141,8	116,884	-37,6	142,0
Taxa geométrica anual de crescimento e/		15,39 f/			14,88f/			13,70f/	

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

b/ Em termos de amêndoas

c/ Ano agrícola brasileiro de 10/5 a 30/4 do ano seguinte.

d/ Base 1969/70 = 100.

e/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples, monologarítmica

f/ Significativa ao nível de 1% de probabilidade

FONTE: CEPLAC/SECRE, 1981. PROCACAU-Avaliação dos primeiros 5 anos-1976/80. Versão preliminar, 1981

#### 4. A POLÍTICA DE SUBSÍDIOS ÀS EXPORTAÇÕES DE DERIVADOS DE CACAU

Como já ficou claro, desde 1968, o tratamento diferenciado para as exportações de cacau, vem trazendo conflitos de interesses entre os exportadores de cacau em amêndoas e os industriais exportadores de produtos derivados.

Os primeiros, sem qualquer estímulo da política interna, são desestimulados por taxações e controles quantitativos e qualitativos. A indústria, ao contrário, beneficiada pelas políticas comercial, cambial e tributária, tem incentivos financeiros e fiscais. Estas políticas podem ser resumidas como:

- crédito no valor limite de 20% do valor das exportações do ano anterior e juros de 8% ao ano, sem correção monetária.
- recursos do Banco do Brasil destinados às indústrias com juros de aproximadamente 15% ao ano;

- adiantamentos sobre Contratos de Câmbio a juros subsidiados, de acordo com os prazos;
- abatimento do Imposto de Renda sobre as receitas líquidas provenientes das exportações;
- crédito para importações de equipamentos, equivalente a 10% do valor do crescimento da exportação do ano, em relação ao ano anterior; e
- créditos-prêmios de IPI e ICM, isenções fiscais, e outros, CASTRO (1981) e MUSALEM (1981).

Assim, procurou-se avaliar o quanto representam esses incentivos para o parque nacional de cacau, mesmo tomando somente as isenções fiscais e os créditos-prêmios de ICM e IPI.

Não se teve dados relativos aos incentivos de juros subsidiados, os montantes de Imposto de Renda isentados ou considerações de valores de fretes e seguros realizados por empresas nacionais que são tratados com incentivos, e isto, lógicamente faz com que os valores obtidos estejam subestimados. Entretanto, considerando apenas as isenções e os incentivos de ICM e IPI, incidentes sobre o valor FOB exportado a partir de 1964, tem-se uma estimativa do maior percentual dos incentivos alocados ao setor industrial.

Deve-se entretanto, lembrar que houve também um tratamento diferenciado de incentivos por tipo de produtos. No caso do cacau, a diferenciação foi em torno do chocolate

liquor que foi agraciado com uma alíquota maior, por se tratar de um produto que possui todas as especificações do produto "in natura", e por isto mesmo, com elevadas vantagens sobre a manteiga, torta, p $\tilde{o}$  e outros produtos. De acordo com as alíquotas aplicadas sobre o valor total das exportações dos derivados, Tabela 19, observou-se que a maior alíquota de subsídio ocorreu em 1979, para o chocolate liquor (41,5% sobre o valor FOB de exportação do produto).

Os resultados indicam que os subsídios chegaram no período de 1964 a 1979 a Cr\$ 36,652 bilhões em cruzeiros de 1980, e o produto que mais obteve subsídios foi a manteiga, com Cr\$ 16,425 bilhões de cruzeiros, 45% do total. Os subsídios ao liquor, apesar de serem nos últimos anos, maior em termos de alíquotas, no total do período significou Cr\$ .. 13,893 bilhões de cruzeiros, representando cerca de 38% do total, sendo que esta situação tende a mudar, passando este produto a ser o principal em termos de hegemonia de valor e alíquotas. A torta, obteve de subsídios Cr\$ 5,293 bilhões de cruzeiros, e o p $\tilde{o}$  Cr\$ 1,041 bilhões de cruzeiros até 1979. A manteiga, assim como os demais produtos começaram a obter maiores subsídios a partir de 1972, pelo crescimento das suas exportações (Tabela 20).

É opinião generalizada que o esforço do desenvolvimento brasileiro via industrialização, foi baseado no sacrifício do setor de produção agrícola, frequentemente acusado de ineficiente PASTORE (1979) e PASTORE (1978).

Tabela 19. Alíquotas de subsídios ao programa de promoções às exportações - 1964/1979  
chocolate líquor, manteiga, torta e pã

Ano	Isenções		Incentivos		Total %
	ICM (%)	IPI (%)	ICM (%)	IPI (%)	
1964	6,0	0,4	-	-	6,4
1965	6,0	5,0	-	-	11,0
1966	6,6	5,0	-	-	11,6
1967	15,0	5,2	-	-	20,2
1968	15,0	6,0	-	-	21,0
1969	15,0	6,0	-	-	21,0
1970	15,0	6,0	6,0	6,0	33,0
1971	14,5	6,0	6,0	6,0	32,5
1972	14,0	6,0	6,0	6,0	32,0
1973	13,5	6,0	6,0	6,0	31,5
1974	13,0	6,0	6,0	6,0	31,0
1975	13,0	6,0	6,0	6,0	31,0
1976	13,0	6,0	6,0	6,0	31,0
1977	13,0	6,0	6,0	6,0	31,0
1978	13,0	6,0	6,0	14,0a/ 6,0	39,0c/ 31,0d/
1979	13,0	6,0	6,0	16,5 9,9b/	41,5c/ 34,9d/

a/ Alíquotas de chocolate líquor

b/ Alíquotas para manteiga, torta e pã

c/ Total de alíquotas para chocolate líquor

d/ Total de alíquotas para manteiga, torta e pã

FONTE: Edições Aduaneiras e Secretaria da Fazenda, 1980-Divulgação Dirigida nº 2. In: Série Tri-butação, São Paulo - Junho/1980.



Tabela 20. Valor total dos subsídios dos derivados de cacau no período de 1964 a 1979, em valores de 1980

Ano	Manteiga Cr\$	Líquor Cr\$	Torta Cr\$	Pó Cr\$	Total Cr\$
1964	95.018.159	115.001	4.423.152	291.928	99.848.240
1965	201.529.133	-	3.834.483	784.911	206.148.527
1966	284.624.432	101.933	8.294.856	1.809.323	294.830.544
1967	622.010.390	592.477	25.795.565	3.509.290	651.907.722
1968	566.804.290	-	29.727.744	3.648.298	600.180.332
1969	744.211.581	-	69.993.903	10.957.299	825.162.783
1970	817.679.347	1.731.031	125.466.492	17.044.002	961.920.872
1971	794.135.756	4.623.833	184.198.433	21.263.343	1.004.221.365
1972	1.091.720.517	21.638.855	165.666.407	65.083.231	1.344.109.010
1973	1.535.959.517	193.794.781	182.878.091	118.554.316	2.031.186.705
1974	1.928.663.877	323.217.313	246.826.416	84.468.616	2.583.176.222
1975	1.114.656.530	611.463.075	278.966.787	111.699.705	2.116.786.097
1976	1.574.834.183	1.199.180.499	570.514.887	70.474.927	3.415.004.496
1977	1.566.599.994	3.038.595.201	1.579.695.680	136.370.449	6.321.531.324
1978	1.513.250.912	4.869.145.049	1.191.834.160	289.131.437	7.863.361.558
1979	1.972.912.533	3.629.279.169	624.284.617	105.982.721	6.332.459.040
<b>Total</b>	<b>16.424.611.151</b>	<b>13.893.478.217</b>	<b>5.292.671.673</b>	<b>1.041.073.796</b>	<b>36.651.834.837</b>

FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC. Edições Aduaneiras, Guia Prático de Informações e seus Incentivos, 1980. São Paulo.

No caso da produção de cacau, não foi diferente ou melhor, foi o produto que por maior período sofreu penalizações de toda ordem: taxações compulsórias, como taxas de retenção cambial, controle de qualidade e controle de quotas, dentre outras. A adoção desta política pode ser explicada em parte pelo fato de ser um produto de ainda pouco peso na pauta de exportações brasileiras mesmo sendo o Brasil o 2º produtor mundial.

O presente trabalho pretende analisar o efeito da política governamental sobre diferentes setores da economia cacauífera. Parte deste propósito pode ser verificado através da análise dos preços obtidos pelos diversos setores e sua influência sobre esta economia.

Para esta análise optou-se por relacionar os preços em termos de amêndoa com o preço da Organização Internacional do Cacau (ICCO), como indicativo da cotação possível de ser alcançada nas transações internacionais com o produto em questão. Esta análise é complementada com o auxílio das margens brutas para o setor exportador de cacau em amêndoas e para o de exportação de derivados, isto é, o setor industrial.

Através dos resultados apresentados na Tabela 21, e principalmente na 22 referentes ao primeiro item analisado, pode-se verificar, que os preços obtidos pelos exportadores de amêndoas são, em geral, mais próximos aos preços indicativos, e via de regra superiores aos preços obtidos pelos derivados pois em 30 anos, os preços de exportação de amên-

Tabela 21. Preços médios reais indicativo ICCO <sup>a/</sup>, pago ao produtor de exportação de amêndoas, de exportação de derivados de cacau ETA-<sub>b/</sub> no período de 1950/51 a 1979/80

A.A.B. <sup>c/</sup>	Preço médio ICCO (Cr\$/ton)	Preço médio ao produtor (Cr\$/ton)	Preço médio de exportação de amêndoas (Cr\$/ton)	Preço médio de exportação de derivados (Cr\$/ton)
1950/51	56.044,71	39.900,00	57.728,26	-
1951/52	50.949,69	33.681,79	51.804,07	-
1952/53	103.378,38	37.269,21	106.057,05	83.117,65
1953/54	176.612,97	69.473,41	173.366,13	136.231,26
1954/55	133.750,88	51.000,00	125.653,93	138.309,77
1955/56	77.941,34	29.739,20	73.758,35	61.488,83
1956/57	74.779,67	31.666,60	76.162,45	65.239,57
1957/58	156.794,38	40.850,00	158.697,20	131.310,77
1968/59	111.675,86	39.357,25	135.868,92	116.154,92
1959/60	88.353,46	23.750,10	100.794,49	89.261,72
1960/61	76.296,12	36.972,80	82.440,18	54.018,09
1961/62	67.892,19	29.518,13	64.334,50	60.137,92
1962/63	69.500,65	32.409,33	55.602,44	48.135,14
1963/64	73.386,85	37.210,00	75.369,24	59.564,51
1964/65	50.493,36	29.573,04	58.059,26	54.996,49
1965/66	60.551,63	34.658,87	38.122,61	34.625,14
1966/67	65.697,60	32.237,81	52.841,48	46.106,31
1967/68	81.325,14	41.933,20	61.265,60	57.642,85
1968/69	101.236,02	61.373,55	71.658,45	67.148,92
1969/70	71.040,22	40.855,97	90.271,52	82.285,30
1970/71	54.330,16	29.001,60	62.180,09	58.465,48
1971/72	62.197,06	37.012,83	46.720,51	49.886,65
1972/73	98.154,30	71.237,31	57.612,46	77.357,50
1973/74	116.530,99	86.276,67	94.633,42	81.687,01
1974/75	87.264,82	67.000,23	117.890,00	111.523,67
1975/76	133.145,11	95.265,73	72.019,58	85.938,18
1976/77	229.344,30	185.289,76	116.261,25	127.416,96
1977/78	185.068,91	133.830,62	215.017,05	194.640,90
1978/79	177.456,48	116.553,33	186.053,57	187.332,99
1979/80	138.327,33	86.305,33	128.073,49	116.884,43

a/ Preço da International Cocoa Organization (indicativo)

b/ Em termos de amêndoas

c/ Ano agrícola brasileiro de 1º/5 a 30/4 do ano seguinte.

FONTE: International Cocoa Organization (ICCO), 1970. In: Anuário Estatístico do Cacau. CEPLAC, Brasília, 1978. p.69.

CEPLAC/CEPEC/Divisão de Socioeconomia, 1980. In: Informação Agrícola. Bahia, vol. 2, nº 29, abril, 1980.

CEPLAC/SECRE, 1981. PROCACAU. Avaliação dos primeiros 5 anos, 1976/1980. Versão preliminar, 1981.

Tabela 22. Índice dos preços médios pagos aos produtores, preços médios de exportações de cacau em amêndoas e de derivados de cacau ETA a/ em relação ao preço ICCO b/, pelo período de 1950/51 a 1979/80

A.A.B. <u>c/</u>	Preço médio relativo ao produtor (I <sub>1</sub> ) <u>d/</u>	Preço médio relativo de exportação de amêndoas (I <sub>2</sub> ) <u>e/</u>	Preço médio relativo de exportação de derivados (I <sub>3</sub> ) <u>f/</u>
1950/51	71,2	103,0	-
1951/52	66,1	101,7	-
1952/53	36,1	102,6	80,4
1953/54	39,3	98,2	77,1
1954/55	38,1	93,9	103,4
1955/56	38,2	94,6	78,9
1956/57	42,3	101,8	87,2
1957/58	26,1	101,2	83,7
1958/59	35,2	121,7	104,0
1959/60	26,9	114,1	101,0
1960/61	48,5	108,1	70,8
1961/62	43,5	94,8	88,6
1962/63	46,6	80,0	69,3
1963/64	50,7	102,7	81,2
1964/65	58,6	115,0	108,9
1965/66	57,2	63,0	57,2
1966/67	49,1	80,4	70,2
1967/68	51,6	75,3	70,9
1968/69	60,6	70,8	66,3
1979/70	57,5	127,1	115,8
1970/71	53,4	114,4	107,6
1971/72	59,5	75,1	80,2
1972/73	72,6	58,7	78,8
1973/74	74,0	81,2	70,1
1974/75	76,8	135,1	127,8
1975/76	71,6	54,1	64,5
1976/77	80,8	50,7	55,6
1977/78	72,3	116,2	105,2
1978/79	65,7	104,8	105,6
1979/80	62,4	92,6	84,5

a/ Em termos de amêndoas

b/ Preço da International Cocoa Organization (Indicativo)

c/ Ano agrícola brasileiro de 1º/5 a 30/4 do ano seguinte

$$d/ I_1 = \frac{\text{Preço pago ao produtor}}{\text{Preço de ICCO}} \cdot 100$$

$$e/ I_2 = \frac{\text{Preço de exportação de amêndoas}}{\text{Preço de ICCO}} \cdot 100$$

$$f/ I_3 = \frac{\text{Preço de exportação de derivados}}{\text{Preço de ICCO}} \cdot 100$$

doas (Tabela 22) foram em 15 anos superiores ao preço ICCO e em 15 anos inferiores, enquanto que em 28 anos, os preços de exportação do derivado foram 9 anos superiores ao preço ICCO, e em 19 anos inferiores. Além disto, dos 15 anos de preços de exportação de amêndoa superiores aos preços ICCO, 6 foram superiores em mais de 10% enquanto que os preços de exportação de derivados esta superioridade tem uma frequência de 2 vezes.

Esta constatação é agravada pelo fato de que os preços considerados são FOB, portanto os custos com transporte do cacau em amêndoas é superior ao dos derivados do cacau e a estes últimos estão adicionados os custos de industrialização.

Destas constatações pode-se concluir que:

- a - O setor industrial, ao vender seus produtos a um preço em termos de amêndoas inferior ao dos exportadores do produto "in natura", passou a ter um poder de participação de forma crescente no mercado internacional do cacau, diminuindo o mercado de cacau em amêndoas;
- b - O montante de divisas obtido por tonelada exportada em termos de amêndoas, é geralmente, superior quando a venda é feita pelo exportador de amêndoas, em relação quando a exportação é realizada pela indústria; e
- c - Sendo os preços de venda dos derivados em termos de amêndoas geralmente inferiores aos preços obtidos pela venda dos produtos "in natura", em princípio é prefe-

rível para o importador comprar o derivado, daí poder-se concluir que o preço deste último acaba influenciando o preço pago pela amêndoa, o que pode explicar a venda deste produto por cotações inferiores ao preço indicativo. Tal fato levaria a agravar o processo de queda no montante de divisas obtidos pela exportação de cacau, em decorrência da política de preços de exportação adotado pelo setor industrial.

Esta tendência de queda de preços pode ser verificada na análise das margens brutas e índices, cujos resultados estão apresentados na Tabela 23.

As margens brutas dos industriais foram geralmente inferiores às dos exportadores de cacau em amêndoas, sendo que em trinta anos da análise somente em 6 anos as margens obtidas pelos industriais, foram maiores que as obtidas pelos exportadores de cacau em amêndoas (Tabela 23), sendo que no último período, verificou-se que ocorreram margens negativas nos anos de 1972/73, 1975/76 e 1976/77.

A ocorrência destas margens negativas é explicada pelo fato de que o exportador de amêndoas é obrigado a cumprir contratos de exportação, mesmo quando o preço pago pelo importador é inferior ao preço que o exportador paga ao produtor.

Cabe ainda ressaltar que as margens dos industriais, que era em grande parte superior a 100% na primeira

Tabela 23. Margem entre os preços reais <sup>a/</sup> médios de exportação de cacau em amêndoas e de derivados - manteiga e chocolate l<sup>b/</sup>iquor ETAB/ e o preço ao produtor no período de 1950/51 a 1970/80

Ano Agrícola <u>c/</u>	Margem de cacau em amêndoa (Cr\$/ton)	Margem da manteiga (Cr\$/ton)	Margem do l <sup>b/</sup> iquor (Cr\$/ton)	Índice <u>d/</u> da amêndoa (I <sub>1</sub> )	Índice <u>e/</u> da manteiga (I <sub>2</sub> )	Índice <u>f/</u> do l <sup>b/</sup> iquor (I <sub>3</sub> )
1950/51	17.828,26	-	-	144,7	-	-
1951/52	18.122,28	-	-	153,8	-	-
1952/53	68.787,84	36.306,08	45.342,77	284,6	197,4	221,7
1953/54	103.892,72	38.100,07	70.886,96	249,5	154,8	202,0
1954/55	74.653,91	39.797,14	92.686,59	246,4	178,0	281,7
1955/56	44.019,15	16.552,02	40.522,92	248,0	236,3	236,3
1956/57	44.495,85	28.103,56	48.416,95	240,5	188,7	252,9
1957/58	117.829,20	78.648,45	84.347,21	388,5	292,5	306,5
1958/59	96.511,67	60.597,08	-	345,2	254,0	-
1959/60	77.044,39	47.707,32	-	424,4	300,9	-
1960/61	45.467,38	25.453,23	-	223,0	168,8	-
1961/62	34.816,37	25.791,15	-	217,9	187,4	-
1962/63	23.193,11	14.718,13	-	171,6	145,4	-
1963/64	38.159,24	18.747,11	-	202,6	150,4	-
1964/65	28.486,22	22.720,25	76.127,29	196,3	176,8	357,4
1965/66	3.463,44	-883,40	-	110,0	97,5	-
1966/67	20.603,67	12.207,70	26.344,79	163,9	137,9	181,7
1967/68	19.332,40	13.003,54	31.393,24	146,1	131,0	174,9
1968/69	10.284,90	1.935,81	-	116,8	103,2	-
1969/70	49.415,55	33.235,34	-	221,0	181,3	-
1970/71	33.178,49	20.530,95	59.906,03	214,4	170,8	306,6
1971/72	9.707,68	2.217,40	18.562,09	126,2	106,0	150,2
1972/73	-13.624,85	-25.513,63	-12.741,27	80,9	64,2	82,1
1973/74	8.356,75	-15.448,97	-30.138,20	109,7	82,1	65,1
1974/75	50.889,77	28.173,34	36.374,40	176,0	142,0	154,3
1975/76	-23.246,15	-31.427,89	-11.867,08	75,6	67,0	87,5
1976/77	-69.028,51	-98.521,46	-50.519,03	62,7	46,8	72,7
1977/78	81.186,43	-38.177,45	51.854,01	160,7	71,5	138,7
1978/79	69.500,24	-18.413,91	63.122,97	159,6	84,2	154,2
1979/80	41.768,16	8.619,27	18.084,42	148,4	110,0	121,0

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

b/ Em termos de amêndoas

c/ Ano agrícola brasileiro de 10/5 a 30/4 do ano seguinte.

d/  $I_1 = Pa/Pp \cdot 100$

e/  $I_2 = Pm/Pp \cdot 100$

f/  $I_3 = Pl/Pp \cdot 100$

onde: Pa = Preço de exportação de amêndoas em Cr\$/tonelada  
 Pp = Preço pago ao produtor em Cr\$/tonelada  
 Pm = Preço de exportação de manteiga em Cr\$/tonelada  
 Pl = Preço de exportação de chocolate l<sup>b/</sup>iquor em Cr\$/tonelada.

FONTES: CACEX/CEPLAC/SECRE/ASSEC.

parte do período em análise, após 1965 sofre uma queda brusca, com níveis inferiores às obtidas pelo exportador de amêndoas, com casos extremos como a da manteiga de cacau, que apresentou margens negativas em quase todo o período de 1972 a 1980.

Numa análise superficial, poder-se-ia concluir que estes resultados indicariam que os maiores prejudicados seriam as indústrias. Entretanto, retornando-se à análise dos resultados relativos aos subsídios dados aos produtos de derivados, ela permite verificar que é esta política de subsídio que permite aos industriais manterem pequenas margens ou mesmo margens negativas, adotando uma verdadeira política de preços achatados na exportação de cacau, levando os exportadores de amêndoas a diminuir sua participação na exportação.

O outro resultado é, como visto anteriormente, que o volume de divisas obtido na exportação do cacau, tende a cair devido à prática de preços baixos adotados pelos industriais que refletiriam também uma diminuição nos preços dos exportadores de amêndoas. Como a participação dos industriais na exportação do cacau é crescente, este prejuízo em divisas tende a aumentar.

Conforme as indústrias aumentem sua participação no mercado interno de compra do cacau "in natura", passam a ter uma maior possibilidade, de imposição de preços ao produtor, por falta de opção do produtor em termos do mercado opcional representado pelos exportadores de amêndoas.

No sentido de quantificar a perda de divisas



resultante dos preços baixos praticados pelos industriais, realizou-se a análise que se segue.

Tomando-se o volume exportado dos derivados em termos de amêndoas, calculou-se qual seria o valor das exportações dos produtos caso fosse exportado "in natura", obtendo-se o valor total das exportações dos derivados em valores de amêndoas. Subtraindo-se então o valor real dos derivados, obtém-se a perda de divisas em função da exportação em forma de derivados, que deve ser a perda social para o Brasil (Tabela 24). Percebe-se que em apenas cinco ocasiões a exportação de derivados teria vantagem sobre a exportação de amêndoas, em termos de obtenção de divisas. Esta vantagem ocorre apenas nos anos de 1954/55, 1971/72, 1975/76, 1976/77, 1978/79, nos demais anos do período analisado ocorreu uma perda de divisas por se ter exportado na forma de derivados. A perda total no período, foi de Cr\$ 7,9 bilhões, em cruzeiros de 1980.

Além deste fator, há a Taxa de Retenção Cambial, que é um tributo compulsório, vigente desde 1961, cujas alíquotas foram diferenciadas no período por tipo de produto. Para o cacau em amêndoas eram mais elevadas em 1962 (15%) enquanto que os produtos derivados recolhiam em média, 5%. Somente a partir de 1972, as alíquotas foram equalizadas, ao nível de 10%, indistintamente para amêndoas e derivados (Tabela 25).

Salienta-se ainda que tal taxa, embora recolhida pelos exportadores e industriais ao Banco do Brasil, em

Tabela 24. Valor real <sup>a/</sup> das exportações de derivados, valor das exportações de derivados a preços de amêndoas e diferencial no período de 1952 a 1980

Ano Agrícola <sup>b/</sup>	V <sup>D</sup> <sub>Exp.</sub> <sup>c/</sup> (1)	V <sup>D</sup> <sub>pař.</sub> <sup>d/</sup> (2)	V diferencial (3)=(1-2)
1952/53	2.592.582.490,00	3.308.025.447,00	- 715.442.957,00
1953/54	2.107.633.770,00	2.682.147.397,00	- 574.513.627,00
1954/55	2.747.800.130,00	2.496.366.230,00	+ 251.433.900,00
1955/56	2.009.393.539,00	2.410.349.120,00	- 400.955.581,00
1956/57	2.759.372.731,00	3.221.366.985,00	- 461.994.254,00
1957/58	5.193.340.830,00	6.276.474.260,00	-1.083.133.430,00
1958/59	4.620.991.260,00	5.405.273.244,00	- 784.281.984,00
1959/60	5.019.365.130,00	5.667.875.762,00	- 648.510.632,00
1960/61	3.543.820.010,00	3.882.272.957,00	- 338.452.947,00
1961/62	2.607.941.241,00	2.789.929.927,00	- 181.988.686,00
1962/63	1.910.772.503,00	2.207.194.458,00	- 296.421.955,00
1963/64	2.256.303.781,00	2.854.986.811,00	- 598.683.030,00
1964/65	1.562.340.356,00	1.649.347.458,00	- 87.007.102,00
1965/66	1.878.171.698,00	2.067.884.734,00	- 189.713.036,00
1966/67	2.546.036.340,00	2.917.959.367,00	- 371.923.027,00
1967/68	3.233.244.888,00	3.436.448.770,00	- 203.203.882,00
1968/69	2.862.759.819,00	3.055.014.699,00	- 192.254.880,00
1969/70	3.935.878.970,00	4.317.777.073,00	- 381.898.103,00
1970/71	2.928.126.491,00	3.114.165.447,00	- 186.038.956,00
1971/72	3.120.010.979,00	2.921.994.136,00	+ 198.016.843,00
1972/73	4.275.861.378,00	4.365.296.094,00	- 89.434.716,00
1973/74	6.518.868.510,00	7.552.030.816,00	-1.033.162.306,00
1974/75	8.415.130.380,00	8.895.507.840,00	- 480.377.460,00
1975/76	6.872.991.930,00	5.759.837.930,00	+1.113.154.000,00
1976/77	11.117.256.814,00	10.911.083.936,00	+ 206.172.876,00
1977/78	20.557.972.630,00	22.710.100.821,00	-2.152.128.191,00
1978/79	22.334.963.266,00	22.242.007.323,00	+ 92.995.943,00
1979/80	16.752.817.116,00	18.356.517.175,00	-1.603.700.059,00
Total	156.310,	164,198,8	-7.888,8

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços-disponibilidade interna (índice "2") da fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro

b/ Ano agrícola brasileiro de 1º/5 a 30/4 do ano seguinte.

c/ Valor das exportações dos derivados.

d/ Valor das exportações dos derivados a preços de amêndoas.

FONTE: De 1952/53 a 1957/58 - COMCAUBA - Comissão de Comércio de Cacaú da Bahia; de 1958/59 em diante, CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC.

Tabela 25. Receita com a exportação de cacau em amêndoas e derivados, e taxa de contribuição cambial, com as respectivas instruções da SUMOC no período de 1961 a 1980.

Anos	Receita com a exportação de cacau em amêndoas e massas (US\$ 1.000)	Alíquota da retenção (%)	Total da retenção (US\$1000)	Derivados (manteiga, torta e pó) receita com a exportação (US\$1.000)	Alíquota da retenção (%)	Total da retenção (US\$1000)	Total geral da exportação (US\$ 1.000)	Total da retenção recolhida à CEPLAC (US\$1.000)
1953	78.829	-	-	13.306	-	-	92.135	-
1954	140.290	-	-	8.939	-	-	149.219	-
1955	94.258	-	-	12.929	-	-	107.197	-
1956	67.729	-	-	13.892	-	-	81.621	-
1957	71.491	-	-	21.216	-	-	92.707	-
1958	89.697	-	-	28.079	-	-	117.776	-
1959	59.447	-	-	32.288	-	-	91.735	-
1960	69.181	-	-	29.379	-	-	98.560	-
1961 a/	45.923	15	1.898	16.415	-	-	62.338	1.898
1962	24.227	15	3.634	17.386	-	-	41.613	3.634
1963 b/	35.029	15,10,20,15	5.150	16.342	8 e 5	1.404	51.371	6.554
1964	34.816	15	5.222	11.634	5	582	46.450	5.804
1965	27.696	15	4.154	13.696	5	685	41.392	4.839
1966	50.746	15	7.612	21.466	5	1.073	72.212	8.685
1967	59.175	15	8.876	21.246	5	1.062	80.421	9.938
1968	46.110	15	6.917	27.173	5	1.359	73.283	8.276
1969	105.666	15	15.850	33.135	5	1.657	138.801	17.507
1970	77.704	15	11.656	32.127	5	1.606	109.831	13.262
1971	61.815	15	9.272	29.776	5	1.489	91.951	10.761
1972 c/	59.254	15 e 10	6.734	40.036	5 e 10	3.263	99.290	9.997
1973	93.142	10	9.314	59.359	10	5.936	152.501	15.250
1974	223.979	10	22.398	127.074	10	12.707	351.053	35.105
1975	248.165	10	24.816	105.834	10	10.583	353.999	33.399
1976	260.879	10	26.088	95.156	10	9.516	356.035	35.604
1977	601.520	10	60.152	169.720	10	16.972	771.240	77.124
1978	648.198	10	64.820	182.653	10	18.265	830.851	83.085
1979	757.573	10	75.758	190.087	10	19.009	947.665	94.767
1980	510.941	10	51.094	189.810	10	18.931	700.751	70.075

a/ Em 04.10.61, a SUMOC publica a instrução nº 217, na qual fixa em 15% a alíquota de contribuição cambial entre o cacau em amêndoas, e os derivados ficam isentos dessa retenção

b/ Em 13.03.63, a SUMOC revoga a instrução nº 217, através da instrução nº 236, na qual a alíquota de contribuição cambial sobre o cacau em amêndoas passa de 15% para 10%, inclusive a massa ou pasta de cacau, até então isenta da retenção. Em 22.04.63, a SUMOC altera a instrução nº 239, modificando a alíquota de Contribuição Cambial sobre a amêndoa e massa, de 10% para 20%, e cria uma alíquota de 8% para os produtos derivados (manteiga, torta e cacau em pó com ou sem açúcar). Em 22.06.63, a SUMOC altera as alíquotas de contribuição cambial sobre o cacau; nessa alteração, a alíquota sobre o cacau em amêndoas e massa de cacau é fixada em 15% e os derivados passam de 8% para 5%.

c/ Em 23.05.72, agora sob controle do Conselho Monetário Nacional, fixa em 10%, unificando a alíquota de contribuição cambial sobre o cacau em amêndoas e seus derivados (massa, manteiga, torta e cacau em pó com ou sem açúcar).

FONTE: CIEF/MF, CACEX/NUCEX/BB S.A.

conta de CEPLAC, na realidade ela é unicamente paga pelos produtores, uma vez que do preço interno pago ao produtor desconta-se entre outros, o item CEPLAC. Aí há a transferência do tributo ao produtor. O recurso derivado dessa taxa de retenção, constitui-se no fundo de formação e funcionamento da CEPLAC, e é integralmente revertido à cacauicultura, em forma de investimentos na infra-estrutura básica (estradas, eletrificação rural, saúde, educação), assistência técnica e pesquisas.

Nos vinte anos de vigência desta taxa, o setor da produção gerou Cr\$ 37,629 bilhões, sendo Cr\$ 29,38 bilhões pelas exportações de cacau em amêndoas, o que representa 78% do total, e Cr\$ 8,245 bilhões por exportação dos derivados, conseqüentemente 22% do total (Tabela 26).

Se por um lado a produção sofre essas penalizações, do outro o setor industrial é amplamente favorecido internamente em termos de isenções fiscais, créditos fiscais, uma política cambial e comercial sempre protecionista, sendo que tal política é justificada em função de alguns objetivos, tais como: compensar a indústria de exportação pelo protecionismo dos países importadores; obter expansão de mercado; e elevar ou gerar maior quantidade de divisas.

No sentido de verificar a necessidade da compensação à indústria pelo protecionismo dos países exportadores, procurou-se calcular o volume dos impostos e taxas operativas nos países consumidores dos produtos de cacau, utilizan

Tabela 26. Valor real a/ de taxa de retenção b/ paga pelo setor de produção agrícola de cacau no período de 1961 a 1980

Ano	Amêndoas (Cr\$)	Derivados (Cr\$)	Total (Cr\$)
1961	298.570.034	-	298.570.034
1962	537.777.817	-	537.777.817
1963	648.124.771	176.692.656	824.817.427
1964	760.744.986	84.786.209	845.531.195
1965	574.180.469	94.683.106	668.863.575
1966	890.423.702	125.515.585	1.015.939.287
1967	974.960.894	116.652.599	1.091.613.493
1968	780.306.161	153.308.670	933.614.831
1969	1.776.513.790	185.721.347	1.962.235.137
1970	1.228.651.150	169.287.384	1.397.938.534
1971	935.321.901	150.204.304	1.085.526.205
1972	651.740.358	315.804.691	967.545.076
1973	808.505.682	515.276.973	1.323.782.655
1974	1.672.906.620	949.085.830	2.621.992.450
1975	1.738.264.513	741.298.088	2.479.562.601
1976	1.697.989.656	619.367.892	2.317.357.458
1977	3.639.836.017	1.026.986.582	4.666.822.599
1978	3.524.239.416	993.061.292	4.517.300.708
1979	4.081.689.524	1.024.166.902	5.105.856.426
1980	2.162.809.020	803.465.730	2.966.274.750
Total	29.383.556.481	8.245.365.840	37.628.922.321

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços-disponibilidade interna (col "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

b/ Taxa de retenção = VEA.Aa + VED.Ad  
 onde: VEA = Valor de exportação de amêndoas  
 Aa = Alíquotas de amêndoas  
 VED = Valor de exportação dos derivados  
 Ad = Alíquotas dos derivados

FONTE: CIEF/MF, CACEX/NUCEx/B.B.S.A., CEPLAC/SECRE/ASSEC.

do-se as alíquotas e valores monetários definidos pelos blocos de países importadores, como a Comunidade Econômica Europeia (CEE), a Associação Econômica de Livre Comércio (AELC) e os Estados Unidos, desde 1965 (Tabela 27).

Com base nestas informações foi possível calcular o valor do imposto real de importação para esses blocos econômicos, no período de 1965 a 1979 (Tabela 28), à semelhança do que se fez com o volume dos subsídios, por produto.

Com estas informações, procurou-se verificar qual a participação relativa dos subsídios, no valor bruto das exportações dos produtos de cacau, e observou-se que tem sido crescente, passando de aproximadamente 11% em 1965 para cerca de 37% em 1979. Tal fato, pode ser explicado pelas reduções de quase todas as alíquotas impostas aos produtos, aliada ao fato do crescimento mais que proporcional das exportações dos produtos derivados, fazendo com que os subsídios aumentassem substancialmente em relação ao valor das exportações (Tabela 29).

Procurou-se ainda observar o quanto representa os subsídios, com relação aos impostos dos países importadores, notando-se que os subsídios foram maiores que os gravames adotados pelos países, com valores superiores a 20 vezes em diversos anos como em 1969, 1977 e 1978. Em média, os subsídios foram 13,2 vezes maior que os impostos dos países importadores de derivados, durante o período de 1965 a 1979, (Tabela 30).

Tabela 27. Imposto de importação e taxas operativas de cacau e derivados nos blocos de países importadores no período de 1965 a 1979

Data	Especificação das taxas de importação	Amêndoas			Liquor			Manteiga		
		CEE	AELC	USA	CEE	AELC	USA	CEE	AELC	USA
Mai/65	General rate	5,4%	2/4 d Per CMT <sup>a/</sup>	N11			17,7%	2/4 d Per CMT	6,25%	
Jun/65	General rate	5,4%	2/4 d Per CMT	N11			17,7%	2/4 d Per CMT	6,25%	
Jun/66	General rate	5,4%	2/4 d Per CMT	N11			17,7%	2/4 d Per CMT	6,25%	
Mai/66	General rate	5,4%	2/4 d Per CMT	N11			17,7%	2/4 d Per CMT	6,25%	
Jun/66	General rate	5,4%	2/4 d Per CMT	N11			17,7%	2/4 d Per CMT	6,25%	
Jul/66	General rate	5,4%	2/4 d Per CMT	N11			17,7%	2/4 d Per CMT	6,25%	
Fev/67	General rate	5,4%	2/4 d Per CMT	N11			18,3%	2/4 d/CMT	6,25%	
Mar/67	General rate	5,7%	2/4 d Per CMT	N11			18,3%	2/4 d/CMT	6,25%	
Abr/67	General rate	5,7%	2/4 d Per CMT	N11			18,3%	2/4 d/CMT	6,25%	
Ago/67	General rate	3,0%	N11	N11	15,0%	N11	8,0%	3,5%	3,0%	
Jun/74	General rate								Ad Val Fob	
Fev/75	GSP <sup>b/</sup>	4,0%	N11	N11	15,0%	N11	8,0%	N11	3,0%	
Fev/77	GSP	3,0%	N11	N11	11,0%	N11	8,0%	N11	Ad Val Fob	
Abr/78	GSP	3,0%	N11	N11	11,0%	N11	8,0%	N11	N11	
Set/79	GSP	3,0%	N11	N11	11,0%	N11	8,0%	N11	N11	

<sup>a/</sup> CMT = Hundredweight = peso de 100 libras nos Estados Unidos (45,3593 kg) e 112 libras na Inglaterra (50,8024 kg); d = pence (equivalente a 1/12 do Shilling ou 1/240 de £), TEIXEIRA & WILHELMS (1982).

<sup>b/</sup> GSP = General Special Preference.

FONTE: Cocoa Market Report, 1965 a 1979. London, Gill & Duffus, nºs 183, 201, 202, 206, 257, 261, 273, 280 e 287.

Tabela 27. Imposto de importação e taxas operativas de cacau e derivados nos blocos de países importadores, no período de 1965 a 1979 (Continuação)

Data	Especificação das taxas de importação	Torta			Pó			Outros		
		CEE	AELC	USA	CEE	AELC	USA	CEE	AELC	USA
Mai/65	General rate	22,0%	3 d Per CWT <sup>a/</sup>	0,75 Cens/Lb	22,0%	3 d CWT	0,75 Cens/Lb	22,0%	4/-Per CWT	10%
Jun/65	General rate	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	4/-Per CWT	10%
Jun/66	General rate	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	4/-Per CWT	10%
Mai/66	General rate	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	4/-Per CWT	10%
Jun/66	General rate	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	4/-Per CWT	10%
Jul/66	General rate	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	22,0%	4/-Per CWT	10%
Fev/67	General rate	23,6%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	23,6%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	26,3%	4/-Per CWT	10%
Mar/67	General rate	23,6%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	23,6%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	26,3%	4/-Per CWT	10%
Abr/67	General rate	23,6%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	23,6%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	26,3%	4/-Per CWT	10%
Ago/67	General rate	23,6%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	23,6%	3 d Per CWT	0,75 £/Lb	26,3%	4/-Per CWT	10%
Jun/74	General rate	16,0%	3,5%	0,37 £/Lb	16,0%	7,0%	0,37 £/Lb	12,0%	12,4%	5%
Fev/75	GSP <sup>b/</sup>	16,0%	N11	0,37 £/Lb	16,0%	7,0%	0,37 £/Lb	6,0%	12,0%	5%
Fev/77	GSP	11,0%	7,0%	0,37 £/Lb	11,0%	7,0%	0,37 £/Lb	5,0%	12,0%	0,4 d/Lb
Abr/78	GSP	11,0%	8,0%	N11	11,0%	8,0%	N11	3,0%	8,0%	N11
Set/79	GSP	11,0%	8,0%	N11	11,0%	8,0%	N11	3,0%	8,0%	N11

<sup>a/</sup> CWT = Hunderdweight = peso de 100 libras nos Estados Unidos (45,3593 kg) e 112 libras na Inglaterra (50,8024 kg); d = pence (equivalente a 1/12 do Shilling ou 1/240 de £), TEIXEIRA & WILHELMUS (1982).

<sup>b/</sup> GSP = General Special Preference.

FONTE: Cocoa Market Report, 1965 a 1979. London, Gill & Duffus, nºs 183, 201, 202, 206, 257, 261, 273, 280 e 287.



Tabela 28. Valor real a/ do Imposto de Importação para os derivados de cacau para a CEE, AELC e USA, no período de 1965 a 1979

Ano	Manteiga de cacau (Cr\$)	Chocolate líquor (Cr\$)	Torta de cacau (Cr\$)	Pó de cacau (Cr\$)	Outros produtos de cacau (Cr\$)	Total (Cr\$)
1965	21.051.959	-	1.436.954	1.210.576	1.528.504	25.227.993
1966	42.867.737	-	7.470.363	3.132.895	-	53.470.995
1967	31.450.596	-	11.293.424	1.667.762	-	44.366.782
1968	20.741.811	-	8.637.732	2.379.743	4.852.808	36.612.094
1969	15.532.397	-	13.944.352	2.032.991	1.483.935	32.993.675
1970	54.320.408	-	26.554.188	3.256.089	348.958	84.479.643
1971	25.093.089	-	22.350.948	5.392.373	2.113.115	54.949.525
1972	64.448.817	-	30.330.098	2.608.436	12.738.128	110.125.479
1973	512.050.720	-	32.152.924	2.302.196	2.873.344	549.379.184
1974	338.172.419	12.178.205	16.025.480	1.784.487	386.107	368.516.698
1975	240.381.631	2.285.364	14.496.821	3.964.636	1.019.071	262.247.523
1976	190.785.791	878.922	11.797.248	1.629.348	847.199	209.028.408
1977	173.642.380	74.154.571	28.642.501	517.992	275.440	277.232.884
1978	136.742.571	94.237.871	26.255.479	152.294	1.546.872	258.935.087
1979	265.028.433	123.169.313	10.694.777	504.410	1.055.058	400.451.993
Total	2.132.265.759	307.004.246	262.083.290	32.536.228	31.068.539	2.768.047.952

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSE. Cocoa Market Report, 1965 a 1979, London, Gill & Dugfus, N.ºs 183, 201.202.206, 257, 261, 280 e 287.

Tabela 29. Valor real a/ das exportações de derivados de cacau e valor total dos subsídios no período do de 1965 a 1979

Anos	Valor das exportações de derivados (Cr\$) (A)	Valor dos subsídios (Cr\$) (B)	(B/A)
1965	1.878.171.698,00	206.148.527	0,11
1966	2.546.036.340,00	294.830.544	0,11
1967	3.233.244.888,00	651.907.722	0,20
1968	2.862.759.819,00	600.180.332	0,21
1969	3.935.878.970,00	825.162.783	0,21
1970	2.928.126.491,00	961.920.872	0,32
1971	3.120.010.979,00	1.004.221.365	0,32
1972	4.275.861.378,00	1.344.109.010	0,31
1973	6.518.868.510,00	2.031.186.705	0,29
1974	8.415.130.380,00	2.583.176.222	0,29
1975	6.872.991.930,00	2.116.786.097	0,30
1976	11.117.256.814,00	3.415.004.496	0,31
1977	20.557.972.630,00	6.321.531.324	0,31
1978	22.334.963.266,00	7.863.361.558	0,35
1979	16.752.817.116,00	6.332.459.040	0,37
Total	117.250.091.209,00	36.552.022.597	0,31

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.  
 FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC.

Tabela 30. Total do valor real <sup>a/</sup> dos subsídios e valor real do Imposto de Importação para os produtos derivados de cacau no período de 1965 a 1979

Anos	Total de subsídios (Cr\$) (1)	Total de Imposto (Cr\$) (2)	$I_i \left( \frac{1}{2} \right)$
1965	206.148.527	25.227.993	8,17
1966	294.830.544	53.470.994	5,51
1967	651.907.722	44.366.782	14,69
1968	600.180.332	36.612.094	16,39
1969	825.162.783	32.993.675	25,01
1970	961.920.872	84.479.643	11,39
1971	1.004.221.365	54.949.525	18,28
1972	1.344.109.010	110.125.479	12,21
1973	2.031.186.705	549.379.184	3,70
1974	2.583.176.222	368.546.698	7,01
1975	2.116.786.097	262.247.523	8,07
1976	3.415.004.496	209.028.407	16,34
1977	6.321.531.324	277.232.884	22,80
1978	7.863.361.558	258.935.083	30,37
1979	6.332.459.040	400.451.992	15,81
Total	36.552.022.597	2.768.047.952	13,20

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro

FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC. Cocoa Market Report, 1965 a 1969, London, Gill & Duffus nº 183, 201, 202, 206, 257, 261, 273, 280 e 287.

Assim, verificou-se que as indústrias se beneficiaram muito além da intenção de compensar os impostos de importação dos países compradores de derivados de cacau, possibilitando que grande parte dos subsídios pudesse ser utilizada na política de "dumping" dos preços do cacau, com prejuízos aos exportadores de amêndoas, à obtenção de divisas tão necessárias para sustentação do processo de industrialização brasileiro, e também aos cacauicultores.

Se as exportações dos derivados de cacau fossem realizadas sob a forma de amêndoas, o Brasil ou os empresários exportadores pagariam impostos menores (Tabelas 31 e 32).

Nota-se que no período, há anos em que o diferencial em favor dos derivados sob a forma de amêndoas, chegam a mais de 50% sobre o valor do imposto realmente pago, como por exemplo, os anos de 1965, com 55,5%, e 1975 com 52,14%.

O ano de mais baixa diferença foi o de 1977, quando o diferencial foi maior em apenas 5,5% sobre o imposto realmente pago sobre o valor das exportações dos derivados. Mas, em média, os impostos realmente pagos são maiores em 33,2% aos que seriam pagos se os derivados fossem exportados sob a forma de amêndoas.

Tabela 31. Estimativa do valor real a/ do Imposto de Importação sobre os derivados de cacau, se exportados sob a forma de amendoas, para a CEE, AELC e USA, no período de 1965 a 1979.

Ano	Manteiga Cr\$	Chocolate líquor Cr\$	Torta de cacau Cr\$	Pó de cacau Cr\$	Outros produtos de cacau Cr\$	Total Cr\$
1965	8.638.391	-	1.192.904	1.210.576	224.800	11.224.671
1966	20.031.183	-	7.470.362	3.132.895	-	30.634.440
1967	14.086.710	-	11.293.424	1.667.762	-	27.047.896
1968	8.742.379	-	8.637.732	2.379.743	1.245.785	21.041.639
1969	7.512.167	-	13.944.352	2.032.991	590.211	25.079.721
1970	25.174.958	-	27.058.161	3.256.089	102.053	55.591.261
1971	10.952.379	-	22.350.948	5.392.373	468.248	39.163.948
1972	30.687.424	-	30.330.098	2.608.436	3.327.318	66.955.276
1973	383.469.171	-	39.497.305	2.302.196	-	425.250.672
1974	173.040.585	10.852.858	28.738.651	1.784.487	2.295.544	216.712.125
1975	100.441.795	1.803.815	19.103.961	3.964.636	204.514	125.518.721
1976	93.737.308	352.207	17.528.222	1.730.954	3.602.120	116.950.811
1977	163.880.620	65.198.845	29.933.097	517.992	2.302.566	261.833.120
1978	108.627.200	80.103.707	24.973.681	152.294	4.942.742	218.799.624
1979	117.791.190	76.726.356	9.770.246	681.393	3.481.435	208.450.620
<b>Total</b>	<b>1.266.815.460</b>	<b>235.037.788</b>	<b>291.823.144</b>	<b>31.068.539</b>	<b>22.787.336</b>	<b>1.850.254.545</b>

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC, Cocoa Market Report, 1965 a 1979, London, Gill & Duffus nºs 183, 201, 202, 206, 257, 261, 273, 280 e 287.

Tabela 32. Diferenças entre impostos de importação de derivados de cacau realmente pagos e impostos de importação de derivados de cacau da exportação sob a forma de amêndoas, para a CEE, AELC e USA no período de 1978 a 1979

Anos	Valor do imposto (A) sobre os derivados realmente pagos (Cr\$)	Valor do imposto sobre derivados de exportados sob forma de amêndoas (Cr\$)	(C = A-B) Diferencial de imposto (Cr\$)	(D = $\frac{C}{A} \cdot 100$ ) Índice do diferencial
1965	25.227.993	11.224.671	14.003.322	55,51
1966	53.470.994	30.634.440	22.836.554	42,71
1967	44.366.782	27.077.896	17.318.886	39,03
1968	36.612.094	21.041.639	15.570.455	42,53
1969	32.993.675	25.079.721	7.913.954	23,99
1970	84.479.643	55.591.261	28.888.382	34,20
1971	54.949.525	39.163.948	15.785.577	28,73
1972	110.125.479	66.955.276	43.170.203	39,20
1973	549.379.184	425.250.672	124.128.512	22,59
1974	368.546.698	216.712.125	151.834.573	41,20
1975	262.247.523	125.518.721	136.728.802	52,14
1976	209.028.407	116.950.811	92.077.596	44,05
1977	277.232.884	261.833.120	15.399.764	5,55
1978	258.935.083	218.799.624	40.135.459	15,5
1979	400.451.992	208.450.620	192.001.372	47,95
Total	2.768.047.952	1.850.254.545	917.793.407	33,16

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços, disponibilidade interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

FONTE: CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSECC.

## 5. RESULTANTES DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL SOBRE A ECONOMIA CACAUEIRA

Nos trinta anos analisados desde o período de substituição das importações até o esforço da promoção às exportações, a economia cacaueteira foi afetada de forma diferenciada em seus setores de produção agrícola, de exportação do produto "in natura" de industrialização e exportação de derivados.

No período da substituição das importações, o setor da produção agrícola em geral, e de modo particular a cacauicultura sofreu penalizações de toda ordem, através das medidas adotadas pelas políticas cambial, comercial e tributária, tanto no lado das importações quanto das exportações.

Em relação às importações, tem-se como ponto principal as barreiras à livre importação de bens, que se de um lado buscava a melhoria no balanço de pagamentos e protegia a indústria nacional nascente, por outro lado afetava o

setor da produção, através da elevação de preços dos insumos e de bens de capital.

Do lado das exportações, as medidas foram muito mais efetivas, com a discriminação das taxas de câmbio, mais baixas para os principais produtos agrícolas de exportação, na chamada época de taxas múltiplas de câmbio, e a instituição da chamada Quota de Confisco Cambial ou Taxa de Retenção Cambial, em 1962.

Houve também a restrição da quota física para exportação, que se destinava basicamente garantir o suprimento da matéria-prima às indústrias, que embora seja de difícil percepção, de modo geral atinge o setor da produção na medida em que limita a comercialização, uma vez que o consumidor interno tem o seu produto assegurado a um certo nível de preço pelo lado da oferta.

Outros tipos de controle foram efetivados através de licenciamentos ou contingenciamentos que não afetaram o setor da produção, sendo mais dirigidos às empresas exportadoras. Mas o controle através de exames de qualidade foi dirigido basicamente ao setor da produção agrícola.

A partir de 1965, com a reforma da política tributária, com a eliminação dos Impostos de Vendas e Consignações (IVC), e do Imposto de Consumo (ICO), substituídos pelo Imposto sobre a Circulação das Mercadorias (ICM) e de Produtos Industrializados (IPI), o governo procurou resolver uma situação de penalização à população em geral, uma vez que fa-



vorecia ou provocava uma elevação dos preços face à intermediação. Ao mesmo tempo, facilitou um maior controle fiscal, em virtude da unificação ou homogeneização das alíquotas por regiões geográficas do país.

A continuidade da política cambial e os controles da política comercial de exportação, praticamente não modificaram o setor da produção agrícola, a não ser pela criação e consolidação do órgão CEPLAC, com finalidade de coordenar, amparar e desenvolver a cacauicultura, através de assistência, técnica, pesquisa e educação.

A partir de 1968, o Brasil se preocupou menos com a substituição de importação, para adotar um esforço maior no sentido do crescimento das exportações, modificando a política cambial através da adoção do sistema de minidesvalorizações cambiais. A política tributária também foi modificada, passando-se a conceder subsídios através de isenções, prêmios e incentivos de obrigações fiscais às exportações industriais.

A política comercial de exportações tornou-se mais flexível, com o objetivo de aumentar o volume exportado, dos produtos sem contudo favorecer diretamente o setor da produção agrícola do cacau.

Na última década, 1970 a 1980, houve um crescimento da produção de cacau, que é atribuído à elevação dos preços no período, e não dos efeitos das políticas adotadas. Estas sempre visaram ao crescimento e desenvolvimento da in-

dústria, uma vez que todas as medidas tomadas (de garantia da matéria-prima através das quotas quantitativas, de crédito prêmios e isenções de ICM, IPI, IUCL, IUM, IR, e incentivos de "draw-back") contemplavam um único beneficiário, o setor industrial exportador.

Quanto aos exportadores de amêndoas de cacau, perderam parcela de seu mercado, quer em função do desaparecimento de empresas, quer pelo enfraquecimento econômico-financeiro destas empresas como também por não usufruírem dos subsídios e incentivos que recebia a indústria exportadora.

Pelas análises anteriores, fica evidente que o setor de produção agrícola, no período de 1950 a 1980, não recebeu o mesmo tratamento que os setores da exportação de amêndoas e de derivados, através das políticas adotadas ou preconizadas pelo Governo Federal.

Os resultados da Tabela 33 mostram que o volume de produção caiu de 1950 até 1953, teve uma recuperação até 1961, voltou a cair até a 1969, para daí em diante ter uma retomada de crescimento até 1980. Supõe-se que este crescimento não se deve às políticas adotadas mas, ao amparo da assistência técnica, pesquisa, educação e apoio financeiro adotados ao setor, através da CEPLAC, e alguns anos de preços favoráveis que estimularam os produtores a elevar o nível da produtividade da cacauicultura, renovar plantações decadentes, e mesmo ampliar novas áreas de cacau, fazendo com que a cacauicultura crescesse em média 2,9% ao ano no período de 1950 a 1980.

Tabela 33. Evolução da produção brasileira de cacau no período de 1950 / 51 a 1979/80

Ano Agrícola <u>a/</u>	Produção (ton . 1000)	Variação anual (%)	Índice <u>b/</u>
1950/51	131	-	100,0
1951/52	100	-23,7	76,3
1952/53	92	- 8,0	70,2
1953/54	116	26,1	88,5
1954/55	167	44,0	127,5
1955/56	152	- 9,0	116,0
1956/57	162	6,6	123,7
1957/58	148	- 8,6	113,0
1958/59	185	25,0	141,2
1959/60	179	- 3,2	136,6
1960/61	129	-27,4	98,5
1961/62	149	15,5	113,7
1962/63	88	-40,9	67,2
1963/64	105	19,3	80,2
1964/65	118	12,4	90,1
1965/66	162	37,3	123,7
1966/67	169	4,3	129,0
1967/68	168	- 0,6	128,2
1968/69	113	-32,7	86,3
1969/70	204	80,5	155,7
1970/71	166	-18,6	126,7
1971/72	217	30,7	165,6
1972/73	182	-16,1	138,9
1973/74	192	5,5	146,6
1974/75	206	7,3	157,3
1975/76	283	37,4	216,0
1976/77	232	-18,0	177,1
1977/78	259	11,6	197,7
1978/79	286	10,4	218,3
1979/80	336	17,5	256,5
Taxa geométrica anual de crescimento <u>c/</u>		2,90 <u>d/</u>	

a/ Ano agrícola brasileiro de 1º/5 a 30/4 do ano seguinte

b/ Ano base 1950/51 = 100

c/ Estimativa através de ajustamento de regressão linear simples monologar rítmica

d/ Significativo ao nível de 1% de probabilidade

FONTE: De 1950/51 a 1956/57 - COMCAUBA; de 1957/58 em diante CEPLAC / SECRE/ASSEC, 1978. Anuário Estatístico do Cacau e Informe Econômico, 1981.

As exportações até 1969 não tiveram uma tendência de crescimento, apesar das fortes variações com um nível mínimo de 70 mil toneladas em 1951/52 e um máximo de 167 mil em 1966 (Tabela 34). A partir de 1970 há um aumento físico das quantidades exportadas, chegando a 298 mil toneladas em 1979/80, com uma taxa geométrica anual de crescimento de 2,52% no período. As exportações de amêndoas cresceram a uma taxa menor, 1,83% ao ano, enquanto que o crescimento mais expressivo foi o das exportações de derivados, passando de um nível de 20 mil toneladas em termos de amêndoas em 1950, para 143 mil toneladas em 1979, com um crescimento médio anual de 6,46%.

O mesmo desempenho pode ser visto na Tabela 35, onde o valor total das exportações de amêndoas e derivados tem uma tendência positiva de crescimento, com uma taxa média anual de 3,59%. O valor das exportações do cacau em amêndoas cresceu a uma taxa menor (1,83% ao ano), enquanto que o valor das exportações dos derivados alcançou um crescimento médio anual de 6,48%, no período.

O comportamento dos preços reais pagos aos produtores às exportações de cacau em amêndoas e às exportações de derivados, é apresentado na Tabela 36, onde se observa que os valores dos preços pagos aos produtores são inferiores aos obtidos pela exportação de amêndoas e derivados, quando comparados entre si, para a mesma unidade de medida (Cr\$/ton em termos de amêndoas). Para os produtores, os preços tiveram um crescimento médio anual da ordem de 3,93%. Os preços de

Tabela 34. Evolução do volume da exportação brasileira de cacau, de cacau em amêndoas e derivados  
ETA a/ no período de 1950/51 a 1979/80

Ano Agrícola <u>b/</u>	Total			Amêndoas			Derivados		
	Volume (1000ton)	Varição anual (%)	Índice c/	Volume (1000ton)	Varição anual (%)	Índice c/	Volume (1000ton)	Varição anual (%)	Índice c/
1950/51	116		100,0	96		100,0	20		100,0
1951/52	70	-39,9	60,1	58	-39,6	60,6	12	-42,3	57,7
1952/53	140	102,2	120,3	109	86,6	113,1	31	168,3	154,7
1953/54	136	-2,5	117,3	121	11,3	125,8	15	-50,7	76,7
1954/55	142	3,9	121,9	122	0,8	126,8	20	28,4	98,5
1955/56	159	11,9	136,3	126	3,2	130,9	33	64,5	162,0
1956/57	152	-4,1	130,7	110	-12,8	114,1	42	29,4	209,7
1957/58	144	-5,5	123,5	104	-5,2	108,2	40	-6,5	196,1
1958/59	152	5,7	130,5	112	7,6	116,4	40	0,6	197,3
1959/60	139	-8,6	119,3	83	-26,0	85,8	56	41,3	278,8
1960/61	175	26,0	150,2	128	54,8	132,8	47	-16,3	233,5
1961/62	144	-17,6	123,8	101	-21,2	104,6	43	-7,9	215,0
1962/63	83	-42,3	71,4	43	-56,9	45,1	40	-8,5	196,8
1963/64	107	28,6	91,9	69	59,0	71,8	38	-4,6	187,8
1964/65	112	4,4	95,9	83	20,5	86,5	28	-4,1	140,9
1965/66	157	40,9	135,1	103	23,8	107,1	54	90,3	269,0
1966/67	167	6,2	143,6	112	8,6	116,2	55	1,8	273,8
1967/68	154	-8,1	132,0	97	-12,8	101,3	56	1,6	278,1
1968/69	108	-29,7	92,7	65	-33,1	67,8	43	-24,1	211,9
1969/70	191	76,9	164,0	143	119,2	148,7	48	12,2	237,2
1970/71	161	-15,8	138,0	110	-22,7	114,6	50	4,7	248,4
1971/72	193	20,4	166,1	131	18,3	135,9	63	24,9	310,1
1972/73	167	-13,7	143,3	91	-30,4	94,6	76	21,2	375,7
1973/74	178	6,6	152,8	98	7,4	105,9	80	5,3	395,7
1974/75	191	7,5	164,3	116	18,1	120,3	75	-5,4	374,2
1975/76	260	36,2	223,8	180	55,9	187,5	80	6,0	396,6
1976/77	201	-22,7	172,9	114	-36,9	118,4	87	9,1	432,7
1977/78	224	11,3	192,4	118	3,8	122,9	106	21,1	523,8
1978/79	251	12,4	216,2	132	11,9	137,5	119	19,9	591,2
1979/80	298	18,6	256,5	155	17,2	161,2	143	20,2	710,7
Taxa geométrica anual de crescimento <u>d/</u>		2,52 e/			1,83 f/			6,46 e/	

a/ Em termos de amêndoas

b/ Ano agrícola brasileiro de 10/5 a 30/4 do ano seguinte

c/ Base 1950/51 = 100

d/ Estimada através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica

e/ Significativo ao nível de 1% de probabilidade

f/ Significativo ao nível de 10% de probabilidade

Fonte: De 1950/51-COMCAUBA-Comissão de Comércio de Cacau da Bahia. De 1958/59 em diante, CACEX, CEPLAC/SECRE/ASSEC.

Tabela 35. Evolução do valor real a/ das exportações brasileiras de cacau, de cacau em amêndoas e derivados de cacau, no período de 1950/51 a 1979/80

Ano Agrícola <u>b/</u>	Total			Amêndoas			Derivados		
	Valor (Cr\$/milhões)	Varição anual (%)	Índice <u>c/</u>	Valor (Cr\$/milhões)	Varição anual (%)	Índice <u>c/</u>	Valor (Cr\$/milhões)	Varição anual (%)	Índice <u>d/</u>
1950/51	5.549	-45,6	100,0	5.549	-45,6	100,0			
1951/52	3.017	368,0	54,4	3.017	82,1	54,4	2.593	-18,7	100,0
1952/53	14.120	63,5	254,4	11.527	81,9	207,7	2.103	30,4	81,3
1953/54	23.080	-21,7	415,9	20.972	-23,0	377,9	2.748	-26,9	106,9
1954/55	18.068	-37,5	325,6	15.320	-39,4	276,1	2.909	37,3	77,5
1955/56	11.291	-1,6	203,5	9.281	-10,0	167,3	2.759	88,2	106,4
1956/57	11.113	95,3	200,3	8.353	97,6	150,5	5.193	-11,0	200,3
1957/58	21.701	-8,6	391,1	16.507	-7,9	297,5	4.621	8,6	178,2
1958/59	19.828	-32,8	357,3	15.207	-45,3	274,0	5.019	-29,4	193,6
1959/60	13.332	5,5	240,3	8.313	26,6	149,8	3.544	-26,4	136,7
1960/61	14.066	-35,4	253,5	10.522	-38,5	189,6	2.608	26,7	100,6
1961/62	0.079	-53,4	163,6	6.472	-62,7	116,6	1.911	18,1	73,7
1962/63	4.323	72,5	77,9	2.413	115,5	43,5	2.256	-30,8	87,0
1963/64	7.456	-14,3	134,7	5.199	-7,2	93,7	1.562	20,2	60,3
1964/65	6.389	-9,2	115,1	4.826	-18,7	80,0	1.878	35,6	72,4
1965/66	5.802	45,7	104,6	3.924	50,5	70,7	2.546	-11,5	98,2
1966/67	8.450	8,9	152,3	5.904	-1,1	106,4	3.233	27,0	124,7
1967/68	9.202	-18,1	165,8	5.968	-21,3	107,6	2.863	37,5	110,4
1968/69	7.536	123,4	135,8	4.673	176,1	84,2	3.936	-25,6	151,8
1969/70	16.838	-41,8	303,4	12.902	-46,2	232,5	2.928	6,6	112,9
1970/71	9.795	-5,0	176,6	6.867	-11,1	123,8	3.120	37,0	120,3
1971/72	9.225	3,1	166,2	6.105	-14,2	110,0	4.276	52,5	164,9
1972/73	9.513	65,9	171,4	5.237	47,1	94,4	6.519	29,1	251,4
1973/74	15.784	39,7	284,4	9.265	-4,8	167,0	8.415	265,1	324,6
1974/75	22.048	-9,9	397,3	13.632	-56,7	245,7	6.873	61,8	428,1
1975/76	19.855	22,6	357,8	12.982	-92,0	233,9	11.117	84,9	793,0
1976/77	24.348	88,8	438,8	13.231	-96,8	101,3	22.335	-25,0	861,5
1977/78	45.962	2,1	828,3	25.404	-19,3	443,3	16.753		646,2
1978/79	46.934	-22,0	845,8	24.599		357,6			
1979/80	36.597		659,5	19.844					
Taxa geométrica anual de crescimento <u>e/</u>		3,59 <u>f/</u>			1,83 <u>g/</u>			6,48 <u>f/</u>	

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços-disponibilidade Interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

b/ Ano agrícola brasileiro de 19/5 a 30/4 do ano seguinte.

c/ Base 1950/51 = 100

d/ Base 1952/53 = 100

e/ Estimado através do ajustamento da regressão linear simples monologarítmica

f/ Significativo ao nível de 1% de probabilidade

g/ Significativo ao nível de 10% de probabilidade

FONTE: De 1950/51 a 1957/58-COMCAUBA-Comissão de Comércio do Cacau da Bahia. De 1958/59 em diante CACEX/SECRE/ASSEC.

Tabela 36. Evolução dos preços médios reais a/ pagos aos produtores às exportações de cacau em amêndoas e às exportações de derivados de cacau, ETA b/, no período de 1950/51 a 1979/80

Ano Agrícola <u>d/</u>	Ao produtor			As exportações de amêndoas			As exportações de derivados		
	Preço (Cr\$/ton)	Varição anual (%)	Índice <u>d/</u>	Preço (Cr\$/ton)	Varição anual (%)	Índice <u>d/</u>	Preço (Cr\$/ton)	Varição anual (%)	Índice <u>d/</u>
1950/51	39.900	-	100,0	57.728	-	100,0	-	-	-
1951/52	33.682	-15,6	84,4	51.804	-10,3	89,7	-	-	-
1952/53	37.269	10,7	93,4	106.057	104,7	183,7	83.118	-	100,0
1953/54	69.473	86,4	174,1	173.366	63,5	300,3	136.231	63,9	163,9
1954/55	51.000	-26,6	127,8	125.654	-27,5	214,4	138.310	1,5	166,4
1955/56	29.739	-41,7	74,5	73.758	-41,3	127,8	61.489	-55,5	74,0
1956/57	31.667	6,5	79,4	76.162	3,3	131,9	65.240	6,1	78,5
1957/58	40.850	29,0	102,4	158.697	108,4	274,9	131.311	101,3	158,0
1958/59	39.357	-3,7	98,6	135.868	-14,4	235,4	116.155	-11,5	139,7
1959/60	23.750	-39,7	59,5	100.794	-25,8	171,6	89.262	-23,2	107,4
1960/61	36.973	55,7	92,7	82.440	-18,2	142,8	54.018	-39,5	65,0
1961/62	29.518	-20,2	74,0	64.335	-22,0	111,4	60.138	11,3	72,4
1962/63	32.409	9,8	81,2	55.602	-13,6	96,3	48.135	-20,0	57,9
1963/64	37.210	14,8	93,3	75.369	35,6	130,6	59.565	23,7	71,7
1964/65	29.573	-20,5	74,1	58.059	-23,0	100,6	54.996	-7,7	66,2
1965/66	34.659	17,2	86,9	38.123	-34,3	66,0	34.625	-37,0	41,7
1966/67	32.238	-7,0	80,8	52.841	38,5	91,5	46.106	33,2	55,5
1967/68	41.933	30,1	105,1	61.266	15,9	106,1	57.643	25,0	69,4
1968/69	61.374	46,4	153,8	71.658	17,0	124,1	67.149	16,5	80,8
1969/70	40.886	-33,4	102,4	90.272	25,0	156,4	82.285	22,5	99,0
1970/71	29.002	-29,0	72,7	62.180	-31,1	107,7	58.465	-28,9	70,3
1971/72	37.013	27,6	92,8	46.721	-21,6	80,9	49.887	-14,7	60,0
1972/73	71.237	92,5	178,5	57.612	23,3	99,8	77.358	55,0	93,1
1973/74	86.277	21,1	216,2	94.633	64,2	163,9	81.687	5,6	98,3
1974/75	69.000	-20,0	172,9	117.890	24,6	204,2	111.324	36,5	134,2
1975/76	95.266	38,1	238,8	72.019	-38,9	124,8	85.938	-22,9	103,4
1976/77	185.290	94,5	464,4	116.261	61,4	261,4	127.417	48,3	153,3
1977/78	133.830	-27,7	335,4	215.017	84,9	372,5	194.641	52,8	234,2
1978/79	116.553	-12,9	292,1	186.054	-13,5	322,3	187.333	-3,8	225,4
1979/80	86.305	-26,0	216,3	128.073	-31,2	221,9	116.884	-37,6	140,6
Taxa geométrica anual de crescimento <u>e/</u>	3,93 f/			0,74 g/			1,08 g/		

a/ Em cruzeiros de 1980, corrigidos através do Índice Geral de Preços - disponibilidade Interna (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

b/ Em termos de amêndoas.

c/ Ano agrícola brasileiro de 19/5 a 30/4 do ano seguinte

d/ Base 1950/51 = 100

e/ Estimado através do ajustamento de regressão linear simples monologarítmica

f/ Significativo ao nível de 1% de probabilidade

g/ Significativo ao nível de 10% de probabilidade

FONTE: De 1950/51 a 1964/65 - CEPLAC/CEPEC/DISES, 1980. Informação Agrícola. Bahia, vol. 2, nº 9, Abril 1980. De 1965/66 em diante CEPLAC/SECRE. PROCACAU. Avaliação dos primeiros 5 anos - 1976/1980. Versão Preliminar.

exportação de amêndoas apresentaram uma taxa geométrica anual de 0,74%, mais baixa que a verificada para o preço ao produtor, enquanto que os preços para a exportação de derivados cresceram a uma taxa anual de 1,08%.

Em suma tem-se que a economia cacaeira obteve resultados mais expressivos no período de 1970 a 1980, apesar da existência da crise mundial verificada a partir de 1973, quando ocorreu o crescimento positivo do setor da produção e também se efetivou um maior crescimento das exportações de cacau em amêndoas e dos derivados.

Em geral, as exportações de cacau em amêndoas participaram em mais de 70% das exportações totais de cacau no período de 1950 a 1962, com níveis superiores a 80% no início da década de 50 (Tabela 1). No período de 1964 a 1972 esta participação manteve-se em níveis superiores a 60%; chegando em alguns anos a ultrapassar a 70%. A partir de 1972 verifica-se uma queda acentuada na participação da exportação do cacau em amêndoas, com os produtos derivados aumentando aceleradamente na participação no volume exportado, chegando a níveis próximos de 50%. No final dos anos 70, consustanciando sua tendência de predominância de exportação de setor industrial sobre o setor exportador de cacau em amêndoas.

Em princípio, poderá se concluir que o aumento de exportação de derivados em vez de exportar o produto "in natura" seria um fato desejável. Entretanto, como já discutido anteriormente, este fato é resultante do tratamento dife-



reenciado dispensado ao setor industrial e pelo afastamento de empresas exportadoras que abandonaram a atividade da comercialização do cacau.

Ficou evidente, na análise do capítulo anterior, que o setor industrial detém maior flexibilidade e maior poder de barganha frente aos cacauicultores em relação ao exportador de amêndoas, em função da política governamental adotada a partir de 1968.

Este é um ponto importante em vários aspectos, pois na medida em que um segmento do setor exportador não é suficientemente forte para manter um adequado nível de concorrência no mercado, pode obviamente afetar de maneira negativa o setor da produção agrícola mediante a redução do número de empresas compradoras do produto, ampliando seu poder de imposição de preços aos produtores de cacau.

Tal fato levaria a um enfraquecimento de toda a economia cacauêira, que vem produzindo divisas indispensáveis ao país, apesar de já evidenciada tendência de perda destas divisas dada pelo aumento das exportações de derivados, acrescidas pelo volume de subsídios alocados ao setor industrial de derivados de cacau.

## 6. CONCLUSÕES

No período 1950 a 1964, a economia cacaueteira é afetada em seus setores de produção agrícola, de exportação de produtos "in natura" e de produtos industrializados, em função da mudança do modelo primário-exportador para o modelo de substituição de importações. Tem-se de um lado o benefício ao setor industrial de produtos derivados, quer pelas medidas de política cambial e de comércio exterior, quer por uma fase de consolidação da indústria, motivada por uma situação de guerra e crises internacionais.

De outro lado, tem-se as penalizações ao setor de produção agrícola, através das políticas cambial, tributária e comercial externa, com medidas múltiplas de câmbio, taxas de retenção cambial, quotas físicas de exportação e controle de qualidades.

Os resultados mostram que até 1964, a economia cacaueteira não revela crescimento do setor da produção agrícola-

la, as exportações de cacau em amêndoas mantêm-se estáveis e há um relativo desenvolvimento do setor industrial.

Com a reforma da política tributária, a mudança da política cambial, adotando o sistema de minidesvalorização, e a manutenção da política comercial com o exterior, através dos controles de importações e exportações, a economia caueira de 1965 a 1969 não apresentou crescimento significativo no setor da produção agrícola e nas exportações, quer de amêndoas ou derivados. Entretanto mostra que os preços cresceram a nível de produtor agrícola e de forma acentuada a nível de exportação de amêndoas e de derivados, fazendo com que o valor das exportações alcanças se uma taxa média anual de crescimento de 22,3%.

O último período, de 1970 a 1980, foi caracterizado pela mudança da política de desenvolvimento brasileiro, que se preocupou menos com as importações para dar ênfase as exportações como base do seu processo de desenvolvimento. Para tanto, ampliou os benefícios ao parque industrial de cacau através de subsídios e incentivos via medidas de políticas cambial, tributária e de comércio exterior.

O setor industrial beneficiou-se de todas as maneiras, quer pelas políticas favoráveis e protecionistas adotados pelo Governo visando o seu fortalecimento, quer pelo próprio crescimento do setor da produção agrícola, e ainda pelo enfraquecimento do setor exportador de amêndoas, que encontrou dificuldade para se manter no mercado.

As medidas protecionistas favoreceram o setor

industrial dando-lhe a força necessária para aumentar sua participação no mercado, partindo de uma posição pouco expressiva até chegar à mesma proporção dos exportadores de amêndoas, que são em número, seis vezes mais que as empresas industriais, estas últimas constituídas em sua maioria de multinacionais.

As justificativas para a adoção das políticas governamentais neste período, foram basicamente: compensar a indústria de exportação pelo protecionismo dos países importadores; obter expansão de mercado; e elevar ou gerar maior quantidade de divisas.

A análise realizada nos capítulos anteriores permite concluir que:

- a - A política de promoção às exportações, somente em valores de subsídios através da política tributária, com base nas isenções e créditos-prêmios de ICM e IPI, foi mais que suficiente para fazer face aos gravames e impostos adotados pelos países importadores, componentes dos blocos econômicos da Comunidade Econômica Européia (CEE), da Aliança Européia de Livre Comércio (AELC) e pelos Estados Unidos da América. A relação entre os subsídios e impostos e taxas das regiões importadoras, foi em média igual a 13,20;
- b - Os subsídios também tiveram um peso muito expressivo e crescente em relação ao valor das exportações dos derivados, chegando a 37,8% no ano de 1979, sem considerar

os subsídios através do Imposto de Renda (IR), do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes (IUCL), sobre operações de "draw-back", além de incentivos através de seguros, fretes, adiantamentos de contratos de câmbios com juros subsidiados, que não foram mensurados no presente trabalho;

- c - Considerando que os preços médios de exportação dos derivados foram em regra, menores que os preços médios de exportação de cacau em amêndoas, obteve-se que a perda de divisas para o Brasil foi expressiva, estimada em 7,9 bilhões de cruzeiros em valores de 1980, para o período analisado.

A política de preços baixos de exportação praticada pelos exportadores de derivados, possibilitada pela política governamental de subsídios, permitiu que as indústrias aumentassem aceleradamente sua participação no mercado comprador de cacau "in natura", deslocando os exportadores de amêndoas. Um resultado previsível deste fato é que os cacauicultores podem vir a ser prejudicados caso não continue a existir concorrências dentro do setor exportador, o que poderia ter reflexos sobre o preço do produto, diminuindo o seu poder de barganha e perderem uma expressiva força na formação dos preços. A consequência evidente é de que a rentabilidade do setor agrícola governamental de protecionismo à indústria de derivados de cacau.

Os resultados mais expressivos obtidos foram dados por um crescimento da economia cacaueira, onde o setor da produção agrícola cresceu a uma taxa geométrica anual de 2,9%, proporcionou uma receita de 37,6 bilhões de cruzeiros através da Quota de Retenção Cambial, que foi reinvestida no setor através da CEPLAC, enquanto que o setor de exportação de produtos "in natura", cresceu a uma taxa menor, 1,8% ao ano, sofrendo uma diminuição no número de empresas. O crescimento mais expressivo foi do setor industrial, com uma taxa média de 6,5% ao ano, tanto em valor, quanto em volume.

## 7. LITERATURA CITADA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CACAU, Bahia, 1980. Cacau e outras riquezas (informativo).

BARROCO, H.E., 1970. Pontos de Convergência da Comercialização do cacau na região cacauzeira do Sul da Bahia. Boletim Técnico. Itabuna-Ba, CEPLAC nº 4.

BNDE. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico/Sistema de Planejamento Integrado - Diagnóstico sobre derivados de cacau. Rio de Janeiro, 68p.

CACEX - B.B./S.A. Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A. Registros de Exportação.

CASTRO, J.A. de., 1981. Incentivos fiscais e a formação de preços para exportação. Informe Técnico 1. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Rio de Janeiro, 125p.

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira/Secretaria Geral/Assessoria Econômica, 1978. Anuário Estatístico do Cacau. Brasília, DF. 279p.

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, 1977. Diretrizes para Expansão da cacauicultura nacional, 1976-1985. PROCACAU, Brasília, DF., 200p.

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, 1980. PROCACAU, avaliação dos primeiros cinco anos, 1976-1980. Brasília, DF, 250p.

COMCAUBA - Comissão de Comércio de Cacau da Bahia, 1970. Dados de Registros de Exportações.

DECRETO LEI nº 491 de 5 de março de 1969. In: Guia Prático de Exportação e seus Incentivos. Edições Aduaneiras Ltda. São Paulo, tomo II, p.46/2a.

DECRETO Nº 64.833 de 17 de julho de 1969. In: Guia Prático de Exportação e seus Incentivos. São Paulo, tomo II, p.49.

FGV - Fundação Getúlio Vargas, 1980. Rumo da Industrialização do Cacau no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Economia, Grupo de Informação Agrícola, 144p.

FGV - Fundação Getúlio Vargas, 1967. A política cambial desde 1964. In: Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, nº 6 junho de 1967. p.49-55.

FGV - Fundação Getúlio Vargas, 1968. Evolução da política cambial. In: Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, nº 10, outubro 1969, p.93-99.

FGV - Fundação Getúlio Vargas, 1972. 25 anos de política cambial. In: Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, vol. 26, nº 11 novembro, 1972. p.27-81.



- FGV - Fundação Getúlio Vargas, 1976. O sistema cambial brasileiro e as taxas flutuantes. In: Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 5 maio, 1976, p.81-101.
- FGV - Fundação Getúlio Vargas, 1960. Vendas e consignações - principais impostos estaduais. In: Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, novembro 1959, p.69-75.
- FGV - Fundação Getúlio Vargas, 1975. A política de minidesvalorizações. In: Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 3, março, 1975, p.58-62.
- GILL & DUFFUS, 1965 a 1979. Cocoa Market Report, London, nºs 201, 202, 206, 257, 261, 273, 280, 287.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Escola de Administração Fazendária, 1980. Evolução das alíquotas do ICM. In: Boletim de Divulgação Dirigida. Salvador, Ba, Série Tributação, nº 2 julho de 1980.
- HOMEM DE MELO, F.B. e ZOCKUM, M.H.G.P., 1977. Exportações agrícolas. Balanço de pagamentos e abastecimento do mercado interno. IPE.USP, vol. 7 nº 2, 49p.
- HOMEM DE MELO, F.B., 1981. Política comercial, tecnologia e preços de alimentos no Brasil. In: Estudos Econômicos, São Paulo, vol. 11 nº 12, junho de 1981, p.123-142.
- HOMEM DE MELO, F.B., 1980. A economia política dos preços de alimentos no Brasil. In: Trabalho para discussões. São Paulo, IPE.USP, nº 34, 1980.
- INTERNACIONAL FINANCE CORPORATION, 1980. Project appraisal report. Itabuna Industrial S/A. Itaísa, Brasil, agosto de 1980. 45p.

- INTERNACIONAL COCOA ORGANIZATION, 1978. Survey of recent and prospective developments. The world cocoa economy. London, agosto de 1978.
- MACEDO, A.F. de, 1976. Avaliação social de custo e benefício da atividade de exportação do cacau brasileiro na forma de produtos derivados. Salvador, 63p. (Dissertação de mestrado).
- MUSALEM, A.R., 1981. Política de subsídios e exportações de manufaturados no Brasil. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, vol. 35 nº 1, Janeiro/março, p.17-41.
- NASCIMENTO, F.R. do, 1981. Diferenciais de preços no mercado interno do cacau: Uma análise da atuação de cooperativas. Viçosa, MG (Dissertação de Mestrado).
- PASTORE, A.C., 1979. Exportações agrícolas e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Cadernos 2. Rio de Janeiro. 38p.
- PASTORE, A.C. et alii, 1978. Quantificação dos incentivos às exportações. Estudos 1. Rio de Janeiro, 94p.
- SANTOS, A.A. dos, 1976. ICM dos municípios. Informações Fazendárias. Salvador, Ba., vol. 8, nº 4, 98p.
- TAVARES, M. da C., 1977. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro. ZAHAR Editores. Sexta Edição. 268p.
- TEIXEIRA, M.P. de G. e WILHELMES, M.A., 1982. Glossário de termos do mercado de cacau. Brasília, DF. CEPLAC/SECRE. 48p.

- TOSTA FILHO, I., 1953. Os produtos derivados de cacau de fabricação brasileira e seu índice de gravosidade nos mercados internacionais. Salvador, Ba., 23p.
- TOSTA FILHO, I., 1960. Comercialização do cacau e produtos derivados. Salvador, 172p.
- ZOCKUM, M.H.&P. et alii, 1976. A agricultura e a política comercial brasileira. São Paulo. IPE/USP. Série Monografias, nº 8, 136p.
- VIEIRA, J.H.C., 1981. Teriam sido mais felizes e rentáveis os tempos Pré-CEPLAC?. Itabuna-Ba, julho. 27p.